



Relatório e Contas

2008

Sede Social:

Rua João Machado, nº 86

3000 - 226 COIMBRA

I. Órgãos Sociais	3
II. Relatório do Conselho de Administração	4
Introdução.....	5
Enquadramento macroeconómico	7
Actividade	17
Análise económica e financeira.....	26
Perspectivas futuras	30
Agradecimentos.....	32
Proposta de aplicação de resultados	33
III. Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008	34
Balanço em 31 de Dezembro de 2008.....	34
Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2008.....	37
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	39
Introdução.....	39
NOTA 3 – Critérios de avaliação	38
NOTA 11 – Movimentos do activo imobilizado	40
NOTA 14 – Créditos sobre instituições de crédito.....	40
NOTA 23 – Compromissos assumidos	41
NOTA 24 – Movimento das provisões.....	42
NOTA 29 – Capital Próprio	43
NOTA 31 – Outros activos e passivos	43
NOTA 34 – Volume de emprego	44
NOTA 35 - Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais	45
NOTA 39 - Outros resultados de exploração	45
NOTA 41 – Carga fiscal.....	46
NOTA 45 - Operações de locação financeira.....	48
NOTA 51 – Outras informações.....	48
Anexo	49
IV. Relatório e Parecer do Fiscal Único	50
V. Certificação Legal de contas	51

I. Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	IFAP, representado por António José Luz Teixeira de Almeida
Vice-Presidente	Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo, representada por José Alberto Galo Vareda
Secretário	Banco BPI, representado por Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia de Lacerda

Conselho de Administração

Presidente	José Fernando Ramos de Figueiredo
Vice-Presidente	IFAP, representado por José Egídio Barbeito
Vogais	Mário Manuel Garcia Faria Gaspar Carlos Alberto Rodrigues Alexandre Joaquim Miguel Ribeiro

Comissão Executiva

Presidente	José Fernando Ramos de Figueiredo
Vogais	Mário Manuel Garcia Faria Gaspar Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

Fiscal único

Efectivo	Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A., representada por Augusto dos Santos Carvalho
Suplente	Armando Luís Vieira de Magalhães

II. Relatório do Conselho de Administração

Introdução

A Agrogarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. concluiu em 2008 o seu segundo ano de actividade. Após a elevada receptividade verificada junto do mercado para o produto *Garantia Mútua*, o ano que agora finda veio reforçar a convicção existente acerca da oportunidade e da necessidade que representam as Sociedades de Garantia Mútua (SGM) para as Pequenas e Médias Empresas (PME) do nosso País. Em particular, atentas as especificidades reveladas durante este período, a garantia mútua revelou-se um valioso estabilizador automático do nível de crédito concedido às empresas numa época de contracção deste importante vector de sustentabilidade e crescimento económico.

O ano de 2008 veio confirmar uma conjuntura de crise internacional, com particulares incidências no mercado de crédito. Com efeito, as dificuldades sentidas pelos Bancos ao nível do financiamento da sua actividade corrente provocaram um reflexo de redução do nível de concessão de crédito às empresas. Por outro lado, a escassez de liquidez no mercado levou a um aumento do seu custo, levando os indexantes de referência para a concessão de crédito a atingirem níveis historicamente elevados, que foram sustidos e inflectidos já numa fase final do ano com o esforço coordenado das várias autoridades monetárias a nível internacional, principalmente a Reserva Federal Americana, o Banco Central Europeu, o Banco de Inglaterra e o Banco do Japão, bem como pela actuação dos Estados ocidentais no apoio que realizaram às instituições dos seus sistemas financeiros nacionais. Concomitantemente, a percepção de um maior nível de risco aliada à maior restritividade da concessão de crédito traduziu-se num aumento dos spreads praticados nas operações de financiamento.

Estes dois efeitos: dificuldade no acesso ao crédito por parte das empresas (que implicitamente se traduzia numa reduzida capacidade de substituição de créditos); e aumento do custo associado aos financiamentos (pelo efeito composto da evolução dos indexantes e dos *spreads*), aliados a uma conjuntura internacional desfavorável, nomeadamente no que respeita aos principais e tradicionais mercados de exportação, condicionaram o desempenho e a estratégia das empresas durante o ano transacto, em particular durante o segundo semestre. Sendo a Agrogarante uma Instituição umbilicalmente ligada às empresas, este paradigma marcou de forma indelével a actividade da Sociedade durante o período a que respeita este Relatório.

A Agrogarante continuou a prosseguir a sua missão de melhorar o acesso ao crédito por parte das PME portuguesas, actuando através da qualidade das garantias emitidas e facilitando a contratação de operações de financiamento em condições mais adequadas face às necessidades das empresas. Para a concretização deste objectivo, foi reforçada a dinamização dos protocolos já existentes com

Instituições Bancárias (Banco BPI, Millennium BCP, Grupo BES, Caixa Geral de Depósitos, Grupo Santander Totta, Barclays Bank, Banco Português de Negócios, Grupo Crédito Agrícola e Banco Popular Portugal) e que conheceram, no ano que agora finda, um acentuado crescimento. Foram assinados em 2008 protocolos genéricos com novas Instituições de Crédito (Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria). Foram igualmente celebrados com os Bancos, protocolos específicos para a fileira do Kiwi.

O ano de 2008 ficou marcado pela intervenção da garantia mútua nas linhas PME Investe que foram implementadas pelo Ministério da Economia e Inovação, no âmbito da política do Governo de reacção à conjuntura adversa que se fazia sentir no mercado de crédito, em particular no acesso a financiamento por parte das PME. Nesse sentido, foram promovidas as Linhas PME Investe I, com dotação para 750 Milhões de euros de financiamentos e PME Investe II com dotação para 1.000 Milhões de euros de financiamento. Ambas as Linhas pressupõem a utilização de garantia mútua para 50% do montante de financiamento a conceder às empresas. Estas linhas tiveram a participação da Garval, Lisgarante e Norgarante. Para a Agrogarante representou uma diminuição de operações, quer pela transferência de operações anteriormente aprovadas em clientes comuns, quer pela inexistente proactividade dos parceiros prescritores, que focalizados nas Linhas referidas, diminuíram substancialmente a captação de negócio em empresas do sector Agro-Florestal.

Foi com expectativa que trabalhamos com o Ministério da Agricultura no desenho de uma Linha de Crédito para o sector Agrícola e Agro-Industrial que, tomando como exemplo as linhas atrás referidas que potenciasses significativamente os apoios dirigidos às PME com base na garantia da Agrogarante. Tal permitiria aumentar significativamente a penetração da sociedade no mercado e divulgar pelos mutualistas as vantagens da utilização do mecanismo de mitigação de risco de crédito que gerimos. À data de preparação deste relatório ficamos a saber que acabou por não ser opção do Ministério o lançamento de uma linha de crédito para as empresas e empresários do sector em moldes semelhantes aos da PME Investe, do Ministério da Economia, e acima referidas, mas antes uma linha de crédito bonificada nos moldes tradicionais. A sociedade estará, ainda assim, atenta às oportunidades de prestação de garantias, caso a caso, que venham a resultar da entrada em funcionamento desta linha de crédito bonificado.

A *Garantia Mútua* continuou o seu percurso de sucesso de inserção no tecido empresarial e financeiro com o conseqüente aumento da sua notoriedade. Para além da actuação independente da Agrogarante, apresenta-se como igualmente importante a manutenção da divulgação nacional promovida pela SPGM – Sociedade de Investimento, S.A., em colaboração com as restantes Sociedades de Garantia Mútua. A necessidade de tornar a Agrogarante e o produto *Garantia Mútua* mais reconhecidos junto das empresas e do mercado continuará a justificar o esforço da Sociedade através da presença em meios de divulgação nacionais, regionais e locais, bem como através de colaborações com parceiros institucionais.

A Agrogarante manteve a sua estratégia de elevada proactividade comercial, cuja razão se encontra na recompensa pelo contacto directo junto empresas e pela oportunidade de criar valor com as nossas intervenções, actuando ao lado das PME como parceiros na melhoria das condições de financiamento. Outra vantagem desta orientação reside na possibilidade de abordagem ao mercado através do direccionamento da proactividade comercial em consistência com uma equilibrada gestão de risco da carteira.

Finalmente, de referir o trabalho de melhoria de organização interna e os relacionados com o cumprimento das obrigações ao nível da supervisão bancária, nomeadamente na área de análise de riscos e de controlo interno, levados a cabo ao longo do exercício com o apoio de uma reputada consultora internacional. Estes trabalhos permitiram à Agrogarante dispor, em tempo, de modelos quer ao nível dos chamados Stress Tests, quer no que respeita ao framework necessário para responder aos mecanismos de Controlo Interno, respeitando os normativos e, ao mesmo tempo, dispondo de uma ferramenta para acompanhar a correcção de eventuais ineficiências.

Enquadramento macroeconómico

A economia mundial está a atravessar um período de recessão que não encontra paralelo histórico, caracterizando-se ainda pela sua natureza global.

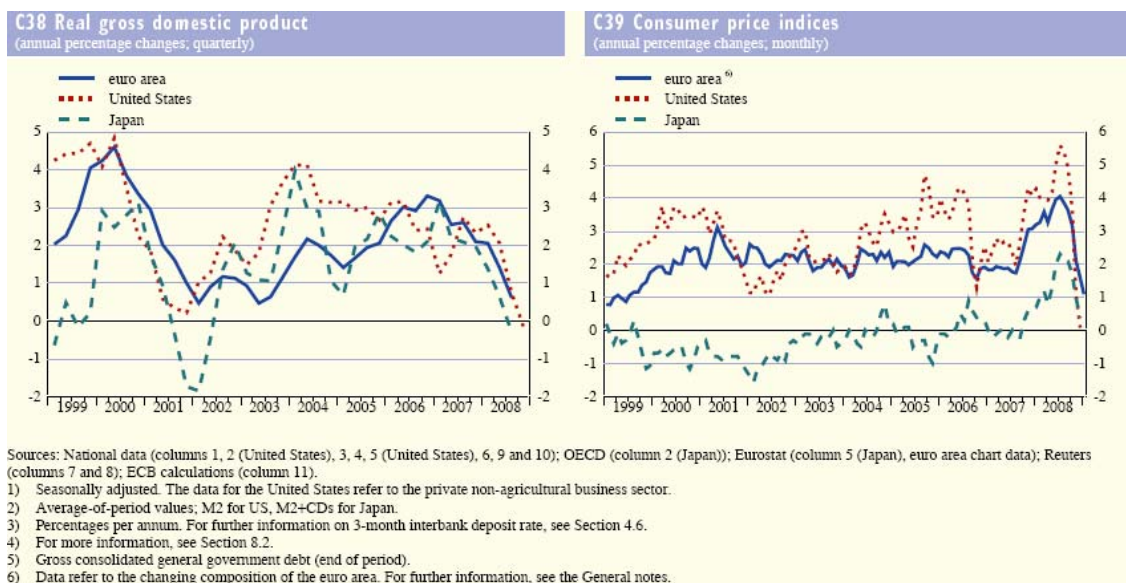
Ao longo do último trimestre, o abrandamento económico mundial acentuou -se à medida que a turbulência financeira se amplificava e as suas repercussões se estendiam a todo o mundo. Os mercados emergentes – um pilar importante do crescimento mundial nos últimos anos – parecem crescentemente afectados pela deterioração das condições económicas.

As pressões inflacionistas atenuaram-se a nível mundial, devido à queda acentuada dos preços das matérias-primas e à desaceleração da procura mundial, embora as taxas de inflação global tenham permanecido em níveis elevados em várias regiões. A inflação mundial registou o seu valor máximo no Verão e, desde então, seguiu uma trajectória descendente. O índice de preços dos factores de produção do IGC mundial registou uma descida acentuada nos últimos meses, atingindo o seu nível mais baixo desde que o inquérito começou em 1998.

Paralelamente, a volatilidade nos principais mercados financeiros aumentou significativamente, o que implica que a avaliação das perspectivas económicas mundiais está actualmente sujeita a uma incerteza muito elevada.

A amplificação da turbulência financeira mundial exerceu pressões significativas sobre os sistemas bancários, o que se reflectiu numa maior restritividade das condições de crédito a nível mundial, numa rápida deterioração da confiança das empresas e dos consumidores e numa queda da valorização dos mercados bolsistas. Em consequência, as condições económicas mundiais deterioraram-se acentuadamente à medida que as repercussões da turbulência se estendiam vigorosamente a todo o mundo.

No curto prazo, projecta-se que o abrandamento cíclico mundial seja principalmente impulsionado por perspectivas de crescimento moderado nos Estados Unidos e noutras economias avançadas, esperando-se também que a actividade nos mercados emergentes abrande, em virtude de essas economias enfrentarem um enfraquecimento da procura externa e repercussões financeiras negativas.



Fonte: Boletim Mensal do BCE, Fevereiro de 2009.

✓ Estados Unidos da América

A economia dos Estados Unidos sofreu uma queda acentuada no quarto trimestre do ano passado, com uma contracção de 3,8% no PIB, ante recuo de 0,5% no terceiro e crescimento de 2,8% no segundo. Trata-se do pior desempenho trimestral desde o primeiro trimestre de 1982 (ano em que o país também passava por uma grave recessão), quando a queda foi de 6,4%. Com 2 trimestres consecutivos de queda, o país agora enquadra-se no critério de recessão mais consensual entre os economistas. O resultado, apesar de negativo, foi menos catastrófico que o previsto.

No ano passado como um todo, o crescimento foi de 1,3%, abaixo dos 2% de 2007 e o menor resultado anual desde 2001, período em que o país foi atingido por outra recessão.

O país sofreu um recuo acentuado nas exportações (primeiro desde o segundo trimestre de 2003), nos gastos do consumidor (semelhante ao do terceiro trimestre), nos investimentos em estruturas, equipamentos e software e no mercado imobiliário.

Os preços ao consumidor caíram 5,5% no último trimestre do ano, após subirem 5% no período imediatamente anterior. Excluídos os preços de alimentos e energia, no entanto, os preços subiram 0,6%, contra 2,4% de alta um trimestre antes.

✓ Japão

O Japão acentua recessão no último trimestre de 2008: PIB recuou 12,7 por cento em valores homólogos. Desde 1974, na sequência da crise do petróleo, que a desaceleração económica japonesa não era tão acentuada, revelam os números anunciados: uma queda de 3,3 por cento, em

cadeia, ou 12,7 por cento face ao quarto trimestre de 2008. Este valor é três vezes superior à queda do PIB nos EUA no período homólogo.

A economia nipónica assistiu a uma queda sem precedentes nas exportações – das quais o Japão depende em grande parte, já que o consumo interno tem vindo também a cair – e os analistas já avisaram que não se esperam melhores resultados a curto prazo. Todos os países exportadores estão enfrentando uma queda nas exportações, que caíram 14% no trimestre, com a quebra de poder de compra dos consumidores. A indústria japonesa mergulhou por quase 10% em Dezembro de 2008, descendo de 20% sobre o ano anterior.

A economia do Japão deve continuar crescendo a um ritmo de 1,5% a 2% nos próximos dois anos, mas enfrenta desafios para uma expansão económica sustentável, segundo previsões da OCDE, que reúne 30 países, que produzem mais da metade de toda a riqueza do mundo. O Brasil não faz parte da organização. O PIB japonês deverá crescer 1,6% em 2008 e 1,8% em 2009, e estima uma taxa potencial de crescimento de 1,5% da economia nos próximos 5 anos.

Porém, a segunda maior economia do mundo enfrenta desafios a um crescimento sustentado, mais particularmente a deflação persistente, a dívida pública elevada e crescente e o aumento das disparidades entre diferentes segmentos da economia.

✓ **Zona Euro**

Segundo as projecções, o crescimento económico fora da área do euro será fraco até ao início de 2009 e recuperará depois apenas muito gradualmente, beneficiando de políticas macroeconómicas acomodaticias, da esperada diminuição gradual das tensões financeiras e da descida dos preços das matérias-primas. Devido à dinâmica muito fraca do comércio mundial, espera-se que a procura externa da área do euro seja moderada até meados de 2009 e que, depois, recupere muito lentamente. Espera-se que as principais contribuições para a procura externa da área do euro venham dos mercados emergentes e dos países exportadores de petróleo e que o contributo das economias avançadas permaneça mais moderado.

No geral, projecta-se que o crescimento real anual do PIB mundial fora da área do euro atinja, em média, 3.9% em 2008, 2.4% em 2009 e 3.6% em 2010, devendo o crescimento dos mercados externos de exportação da área do euro situar-se em 4.7% em 2008, 2.5% em 2009 e 5.0% em 2010.

Em particular, projecta-se que as exportações da área do euro no curto prazo reflectam o abrandamento mundial, sendo também afectadas pelos efeitos desfasados de anteriores perdas de competitividade de preços da área do euro. A esperada recuperação das exportações no decurso de 2009 decorre de um crescimento da procura externa mais elevado e de uma melhoria em termos de

competitividade de preços, devido, sobretudo, à recente depreciação do euro. Espera-se também que o crescimento do consumo privado seja moderado no período que se avizinha, o que reflecte, a evolução do rendimento disponível real, que, por seu lado, se espera que seja afectado por descidas do emprego.

A inflação caiu para o nível mais baixo dos últimos dois anos, de acordo com os números do Eurostat. A taxa de inflação no conjunto dos países da moeda única desceu para 1,6 por cento em Dezembro, face aos 2,1 por cento registados no mês anterior. Em Dezembro, a taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) foi de 1.6 por cento, uma redução de 0.5 pontos percentuais (p.p.) face a Novembro. Esta redução reflectiu sobretudo o comportamento dos preços dos bens energéticos. Em termos médios anuais, a inflação na área do euro aumentou de 2.1 por cento em 2007 para 3.3 por cento em 2008, embora se tenha reduzido de forma acentuada a partir de Julho.

A actual projecção aponta para que a taxa de variação média anual do IHPC se reduza de 2.7 por cento em 2008 para 1.0 e 2.0 por cento em 2009 e 2010, respectivamente. Esta evolução é marcada pelo comportamento da componente energética do IHPC, a qual reflecte a evolução assumida para o preço do petróleo. No que respeita à componente não energética, as actuais projecções incorporam uma desaceleração gradual do preço destes bens e serviços tanto em 2009 como em 2010, num contexto em que se perspectiva que as pressões inflacionistas decorrentes dos determinantes quer a nível interno quer externo deverão permanecer relativamente moderadas.

O preço internacional do petróleo manteve em Dezembro a trajectória de descida dos meses anteriores, tendo-se fixado em cerca de 40 dólares no dia 31 de Dezembro de 2008 (28 euros). Em relação ao final de 2007, o preço do barril de Brent desceu cerca de 58 por cento em dólares e 56 por cento quando avaliado em euros.

Na sequência da projectada fraqueza da actividade económica, espera-se um decréscimo do emprego no conjunto do horizonte de projecção. Em 2009, espera-se que a procura de mão-de-obra seja atenuada por aumentos dos salários reais, que reflectem anteriores renovações de contratos.

Adicionalmente, as perspectivas em termos de investimento em habitação implicam um contributo negativo do sector da construção para o crescimento do emprego. No período de 2009-2010, pressupõe-se que a população activa registe taxas de crescimento muito inferiores às verificadas desde 2002, devido sobretudo ao efeito “trabalhador desmotivado” induzido pelo abrandamento cíclico, assim como pelo projectado declínio da população em idade activa. Espera-se que, reflectindo as projecções para o emprego e os pressupostos acerca da população activa, a taxa de desemprego aumente significativamente ao longo do horizonte de projecção.

Projeções para a Zona Euro

(variação média anual, em percentagem) ^{1,2)}				
	2007	2008	2009	2010
IHPC	2.1	3.2-3.4	1.1-1.7	1.5-2.1
PIB real	2.6	0.8-1.2	-1.0-0.0	0.5-1.5
Consumo privado	1.6	0.1-0.5	-0.3-0.7	0.6-1.8
Consumo público	2.3	1.9-2.3	1.3-1.9	1.3-1.9
Formação bruta de capital fixo	4.2	0.2-1.2	-6.0--3.0	-2.4-1.0
Exportações (bens e serviços)	5.9	2.4-3.4	-1.4-1.0	2.3-4.9
Importações (bens e serviços)	5.4	2.0-3.0	-1.9-1.1	1.4-5.2

1) As projecções para o PIB real e respectivas componentes têm por base dados corrigidos de dias úteis. As projecções para as exportações e importações incluem o comércio intra-área do euro.

2) Nas projecções para 2009, inclui-se a Eslováquia como parte da área do euro. A variação média anual em percentagem, para 2009 é baseada numa composição da área do euro que inclui, já em 2008, a Eslováquia.

Comparação de previsões para o crescimento real do PIB na área do euro e para a inflação medida pelo IHPC

(variação média anual, em percentagem)							
	Data de publicação	Crescimento do PIB			Inflação do IHPC		
		2008	2009	2010	2008	2009	2010
FMI	Novembro de 2008	1.2	-0.5	n.d.	3.5	1.9	n.d.
Comissão Europeia	Outubro de 2008	1.2	0.1	0.9	3.5	2.2	2.1
Inquérito a Analistas Profissionais	Outubro de 2008	1.2	0.3	1.4	3.4	2.2	2.0
Previsões da Consensus Economics	Novembro de 2008	1.0	-0.2	1.6	3.4	1.8	2.0
OCDE	Novembro de 2008	1.0	-0.6	1.2	3.4	1.4	1.3
Projeções dos especialistas do Eurosistema	Dezembro de 2008	0.8-1.2	-1.0-0.0	0.5-1.5	3.2-3.4	1.1-1.7	1.5-2.1

Fontes: Previsões Económicas do Outono de 2008, da Comissão Europeia; *World Economic Outlook*, versão actualizada de Novembro de 2008, para o PIB, e *World Economic Outlook*, de Outubro de 2008, para o IHPC, elaborados pelo FMI; *Economic Outlook* n.º 84, edição preliminar de Novembro de 2008, da OCDE; Previsões da Consensus Economics e Inquérito a Analistas Profissionais, realizado pelo BCE.

Nota: As projecções macroeconómicas elaboradas por especialistas do Eurosistema e as previsões da OCDE apresentam taxas de crescimento homólogas corrigidas de dias úteis, ao passo que a Comissão Europeia e o FMI apresentam taxas de crescimento homólogas não corrigidas de dias úteis por ano. As outras previsões não especificam se foram ou não utilizados dados corrigidos de dias úteis.

As actuais perspectivas orçamentais apontam para uma deterioração dos saldos orçamentais na área do euro, com um novo enviesamento dos riscos no sentido descendente. De acordo com as previsões económicas da Comissão Europeia do Outono de 2008, que não reflectem na totalidade o recente abrandamento macroeconómico, projecta -se que o rácio médio do défice das administrações públicas na área do euro aumente consideravelmente em 2008 e 2009. Três países da área do euro deverão registar um défice igual ou superior ao valor de referência de 3% do PIB em 2008. A deterioração das perspectivas orçamentais resultou do agravamento da conjuntura macroeconómica, bem como de cortes nos impostos em vários países.

✓ Portugal

A Estimativa Rápida do Produto Interno Bruto (PIB) aponta para uma diminuição de 2,1% em volume no 4º trimestre de 2008 face ao período homólogo (a mais brusca desde 1993) o que compara com a variação de 0,5% registada no trimestre anterior. Esta contracção do PIB no 4º trimestre resultou dos

contributos negativos da procura interna, com particular intensidade ao nível do Investimento, e da procura externa líquida, tendo-se registado uma diminuição expressiva das Exportações. Para o conjunto do ano 2008, o PIB terá registado uma variação nula em volume.

As Exportações portuguesas aumentaram 1,8% nos primeiros 11 meses do ano, mas para os 5 maiores destinos da Europa sofreram uma quebra de 683 milhões de euros. As vendas a Angola estão a salvar o ano: a facturação com a ex-colónia cresceu 586 milhões de euros, um aumento de 35%. Automóveis, vestuário e calçado sofreram as maiores perdas.

Foi a partir de Agosto do ano passado que as vendas nacionais, começaram a cair. As exportações de carros fabricados em Portugal caíram 2,6% até Novembro, uma perda de 110 milhões de euros em relação a igual período de 2007. As remessas de máquinas e aparelhos - eléctricos e mecânicos - recuaram 4,5% e o sector do vestuário e calçado acumulou perdas da ordem dos 222 milhões de euros, uma queda de 5%. Para este ano, prevê-se uma queda de 4,4% nas exportações.

As perspectivas para a economia portuguesa no período 2009-2010 são marcadas por um quadro de interacção entre uma crise sem precedentes nos mercados financeiros internacionais e um forte abrandamento da actividade económica à escala global, sendo expectável a ocorrência de um cenário recessivo na generalidade das economias avançadas e um baixo crescimento nas economias de mercado emergentes.

Assim, as actuais projecções para a economia portuguesa apontam para uma contracção da actividade económica em 2009, seguida de uma recuperação moderada em 2010, num contexto em que a persistência de um conjunto de fragilidades de natureza estrutural continuará a condicionar o desempenho da economia.

Uma pequena economia aberta plenamente integrada em termos económicos e financeiros como a economia portuguesa tende a ser afectada por estes desenvolvimentos, em particular atendendo ao seu elevado nível de endividamento.

Main features of country forecast - PORTUGAL

	2007		Annual percentage change							
	bn Euro	Curr. prices	% GDP	92-04	2005	2006	2007	2008	2009	2010
GDP at previous year prices	163.1	100.0	2.1	2.1	0.9	1.4	1.9	0.2	-1.6	-0.2
Private consumption	106.0	65.0	2.6	2.6	2.0	1.9	1.6	1.4	-0.2	0.1
Public consumption	33.1	20.3	2.5	2.5	3.2	-1.4	0.0	0.1	0.3	0.4
Gross fixed capital formation	35.6	21.8	2.9	2.9	-0.9	-0.7	3.2	-0.8	-5.5	-3.8
of which : equipment	12.1	7.4	3.2	3.2	1.0	7.3	8.2	3.7	-11.0	-3.0
Exports (goods and services)	53.2	32.6	4.6	4.6	2.0	8.7	7.5	0.3	-3.8	0.8
Imports (goods and services)	65.3	40.0	5.5	5.5	3.5	5.1	5.6	2.3	-2.8	-0.4
GNI at previous year prices (GDP deflator)	156.6	96.0	2.1	2.1	0.5	-0.3	1.5	-0.3	-1.3	-0.9
Contribution to GDP growth :										
		Domestic demand	2.7	2.7	1.7	0.8	1.8	0.8	-1.3	-0.6
		Stockbuilding	0.1	0.1	-0.1	0.1	0.0	0.2	-0.2	0.0
		Foreign balance	-0.7	-0.7	-0.7	0.6	0.1	-0.8	-0.1	0.4
Employment			0.5	0.5	-0.3	0.5	0.0	0.6	-0.9	-0.2
Unemployment rate (a)			5.6	5.6	7.7	7.8	8.1	7.8	8.8	9.1
Compensation of employees/head			6.0	6.0	4.7	2.1	3.4	3.3	2.3	2.7
Unit labour costs whole economy			4.3	4.3	3.4	1.3	1.4	3.7	2.9	2.8
Real unit labour costs			-0.3	-0.3	0.8	-1.5	-1.5	1.7	-0.8	1.0
Savings rate of households (b)			-	-	-	8.1	6.6	6.1	8.1	8.2
GDP deflator			4.5	4.5	2.5	2.8	3.0	2.0	3.8	1.7
Harmonised index of consumer prices			3.8	3.8	2.1	3.0	2.4	2.7	1.0	2.0
Terms of trade of goods			0.1	0.1	-1.2	0.4	1.5	-1.6	4.8	-0.6
Trade balance (c)			-9.6	-9.6	-10.3	-10.1	-9.9	-11.4	-9.4	-9.4
Current account balance (c)			-6.3	-6.3	-9.8	-10.4	-9.9	-11.8	-9.7	-10.2
Net lending(+) or borrowing(-) vis-à-vis ROW (c)			-4.0	-4.0	-8.3	-9.3	-8.7	-10.2	-8.2	-8.7
General government balance (c)			-3.8	-3.8	-6.1	-3.9	-2.6	-2.2	-4.6	-4.4
Cyclically-adjusted budget balance (c)			-3.7	-3.7	-5.7	-3.8	-3.0	-2.3	-3.8	-3.3
Structural budget balance (c)			-	-	-5.6	-3.8	-3.1	-3.0	-3.9	-3.3
General government gross debt (c)			55.5	55.5	63.6	64.7	63.6	64.6	68.2	71.7

(a) Eurostat definition. (b) gross saving divided by gross disposable income. (c) as a percentage of GDP.

Fonte - Comissão Europeia, Interim Forecast January 2009.

A taxa de inflação caiu para o valor mais baixo de sempre em Portugal. Os preços sofreram uma quebra de 0,5 pontos percentuais em Dezembro de 2008 face ao mês anterior e fixaram a taxa de inflação homóloga em 0,8 por cento, o que corresponde a um mínimo histórico em Portugal. A taxa média do ano situa-se agora em 2,6 por cento. Os números avançados pelo INE apontam para um abrandamento em 0,6 pontos percentuais da taxa de variação homóloga da inflação, face aos níveis de Novembro. Os números agora conhecidos reflectem o quadro de abrandamento da economia, assim como a quebra do valor das matérias-primas.

Por outro lado, a economia irá ver implementadas medidas de combate à crise. As autarquias individualmente também têm anunciado medidas locais, sobretudo de âmbito social. O Plano para o investimento e o emprego faz deslizar o défice de 2,2% para 3% do PIB em 2009 e terá custos de 2.180 milhões de euros, ou seja, 1,25 por cento do PIB. Deste montante 1.300 milhões de euros são financiados pelo Orçamento do Estado para 2009.

O governo português apresentou, em 13 de Dezembro de 2008, o Plano de Combate à Crise Financeira, que prevê 29 medidas para incentivar o investimento e a geração de postos de trabalho, entre as quais a redução temporária da contribuição para a Segurança Social paga pelas empresas. O pacote serve igualmente para combater a crise económica e, por isso, aposta em três domínios: reforço do investimento público na educação, energia e redes tecnológicas de nova geração; apoio às empresas e actividade económica; e apoio ao emprego e reforço da protecção social.

As PME irão beneficiar da redução do valor mínimo do Pagamento Especial por Conta para mil euros e de um regime de autoliquidação do IVA. Desta forma, sempre que forneçam à administração pública bens ou serviços superiores a cinco mil euros, perdem a obrigatoriedade de entregar ao

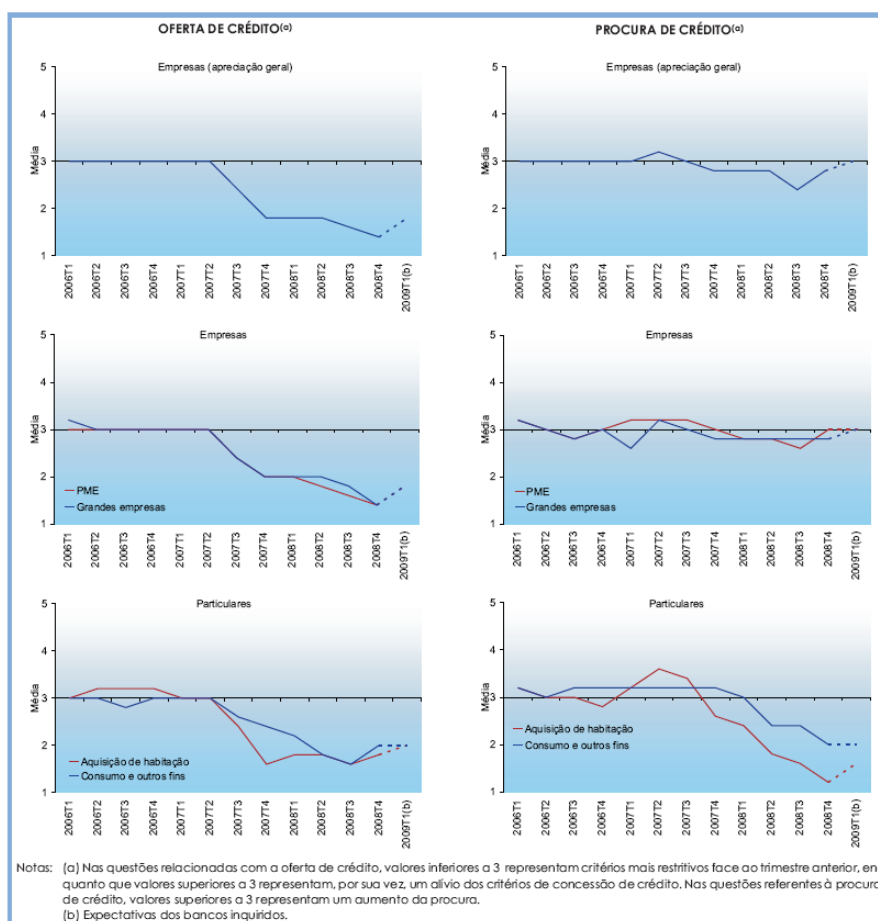
Estado os valores cobrados por este imposto. Deste pacote fazem também parte a criação de um fundo de reestruturação industrial, o apoio aos mecanismos de seguro de crédito à exportação (no valor de 4 milhões de Euros) e o apoio à promoção externa. No próximo ano será, ainda, criado um regime de crédito fiscal ao investimento que poderá chegar até aos 20 por cento, dependendo da sua relevância no que toca à criação de emprego. Também o sector agrícola e a agro-indústria serão alvo de investimento privado e financiamento comunitário.

Sistema bancário nacional

A crise de liquidez nos mercados financeiros dos países desenvolvidos, sentida a partir de Agosto de 2007, com a crise do mercado norte-americano de crédito hipotecário de alto risco, continuou em 2008. As taxas de juro registaram por isso um forte crescimento durante 2008, apenas iniciando tendência acentuada de descida a partir do mês de Outubro, encontrando-se actualmente em níveis historicamente baixos

A intervenção do Estado verificou-se em várias frentes. Uma delas na nacionalização do BPN, outra sendo o principal dinamizador na procura de uma solução com vários bancos para resgatar o Banco Privado Português. Noutra âmbito, concedeu a possibilidade de se tornar garante dos bancos nacionais no acesso a liquidez e criou linhas de crédito bonificadas (PME Investe), apoiadas pelo Sistema Nacional de Garantia Mútua, com o intuito de facilitar o acesso ao crédito por parte das PME's nacionais, para quem os critérios de concessão de crédito se tornaram cada vez mais exigentes, e de limitar o impacto decorrente do aumento dos indexantes.

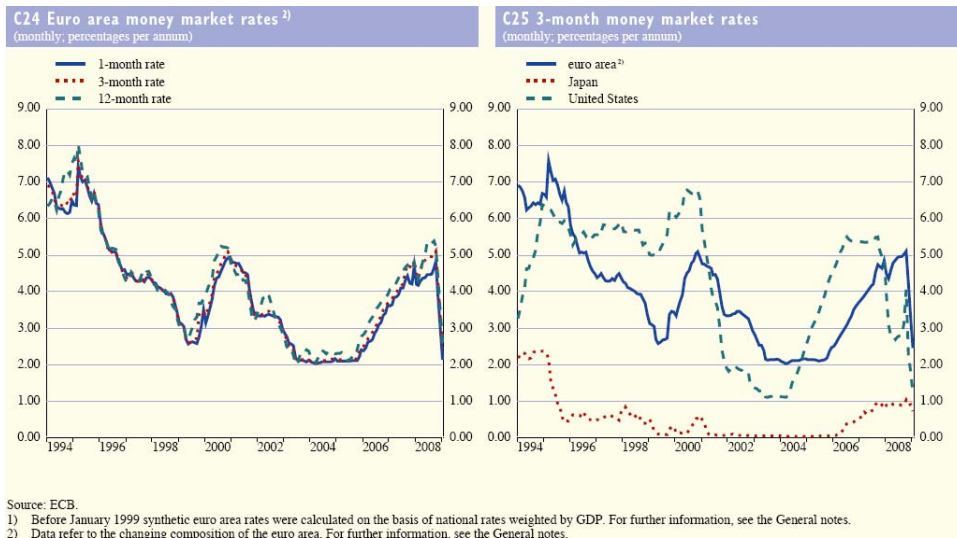
No Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito de Janeiro de 2009 realizado pelo Banco de Portugal, confirmou-se um aumento de restritividade nos critérios de concessão de empréstimos ao sector privado não financeiro. Os principais factores que influenciaram os critérios de aprovação de empréstimos ao sector privado não financeiro ao longo do quarto trimestre de 2008 foram o aumento do custo de financiamento e restrições de balanço dos bancos, por um lado, e a deterioração dos riscos apercebidos pelas instituições inquiridas, por outro. O aumento de restritividade nos critérios ter-se-á traduzido, para além de spreads mais elevados e num aperto generalizado das restantes condições contratuais, realçando-se o encurtamento da maturidade dos novos contratos e a redução dos montantes concedidos e do rácio entre o valor do empréstimo e da garantia.



Fonte: Evolução da Oferta e Procura de Crédito a Empresas in Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito

As perspectivas dos bancos portugueses inquiridos para o primeiro trimestre de 2009 apontam para um aumento da restritividade nos respectivos critérios de aprovação de empréstimos, que poderá ser mais marcado no caso do segmento de médio e longo prazo destinado às empresas não financeiras. Paralelamente, é esperado que a procura de empréstimos por parte das empresas se mantenha praticamente sem alterações e que, no caso dos particulares, a procura continue a reduzir-se sobretudo no segmento destinado à aquisição de habitação.

Outro aspecto prendeu-se com a revisão em baixa do rating país que pressupõe um aumento do risco que é percebido, factor que conduz a um aumento do custo de financiamento. Como tal, o acesso ao crédito das empresas nacionais ficará mais caro, contribuindo assim para o agravamento dos custos financeiros suportados e para a deterioração dos seus resultados.



Fonte: Boletim Mensal do BCE, Fevereiro de 2009.

Actividade

Enquadramento

Depois da evolução da estrutura da sociedade que se verificou no ano anterior, em 2008 assistiu-se a uma estabilização dos recursos humanos da sociedade e a uma potenciação dos demais recursos existentes. Para este efeito contribuiu significativamente o recurso a entidades externas que têm vindo a prestar apoio ao nível de consultoria bem como o grau de coordenação que regista o Sistema Nacional de Garantia Mútua.

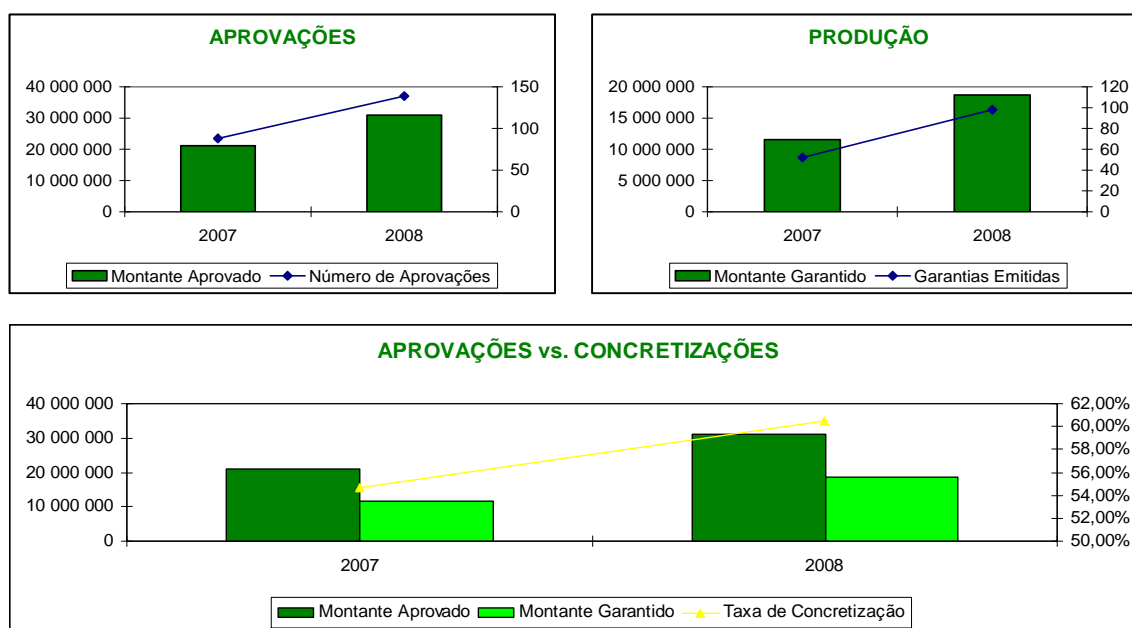
O desempenho operacional da Agrogarante foi positivo, registando-se o crescimento do volume de contratação, do número de empresas apoiadas e, principalmente, da carteira de garantias vivas. No entanto, o volume de contratação que se registou durante o último trimestre do ano, sem ser a este nível o factor mais relevante, influenciou negativamente as contas de exploração da Sociedade. Este impacto negativo no exercício em curso resulta do facto dos proveitos que advêm da formalização destas garantias, necessariamente especializados por períodos fiscais, não compensarem as provisões para Riscos Gerais de Crédito obrigatórias que foram realizadas. Todavia, as operações contratadas no período referido repercutir-se-ão na geração de proveitos em benefício dos exercícios seguintes.

Também o efeito do aumento da sinistralidade, pese embora de reduzido valor, mas com indicadores negativos por parte das empresas, nomeadamente atrasos significativos no cumprimento das suas obrigações, origina um significativo aumento nas rubricas de Provisões para Crédito Vencido e influenciou, negativamente e de forma decisiva, os Resultados da Sociedade.

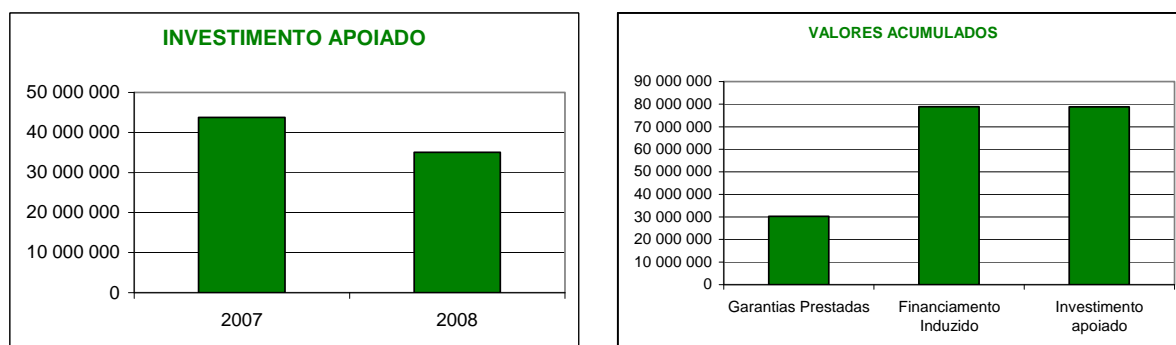
Em particular, tendo em atenção a conjuntura adversa que se coloca sobre a economia e que pressiona as empresas, optou a Sociedade por realizar um nível de provisões económicas que acomodasse a possibilidade de verificação futura de um aumento significativo dos níveis de sinistralidade. Esta medida pretende proteger o Balanço da Sociedade face a potenciais perdas futuras, devendo ser entendida principalmente como uma medida de prudência face à incerteza da evolução dos mercados.

Actividade Desenvolvida

Em 2008, a Agrogarante prestou 98 garantias que ascenderam a um total de 18,7 milhões de euros. Destas, 6 são renovações de garantias já emitidas, que ascenderam a 1,7 milhões de euros. O valor médio de garantias situou-se 186,5 mil euros, o que representa um decréscimo de 19% face ao ano anterior, em linha com as perspectivas anteriores. A taxa de concretização situou-se ligeiramente acima dos 60%.

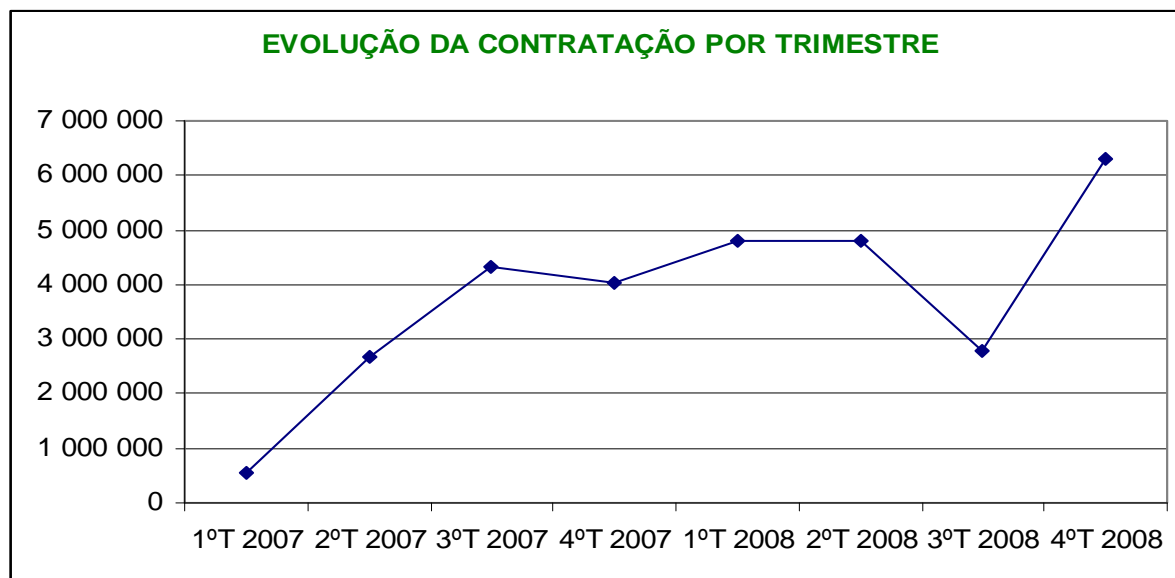


As garantias emitidas em 2008 permitiram o acesso ao crédito junto do Sistema Financeiro no montante de 35,4 milhões de euros, viabilizando investimentos na ordem de 35,06 milhões de euros. Desde o início de actividade da Agrogarante em 2007, o acumulado das garantias emitidas ascendeu a 30,3 milhões de euros, o financiamento induzido a 78,93 milhões de euros e o investimento apoiado a 78,79 milhões de euros.

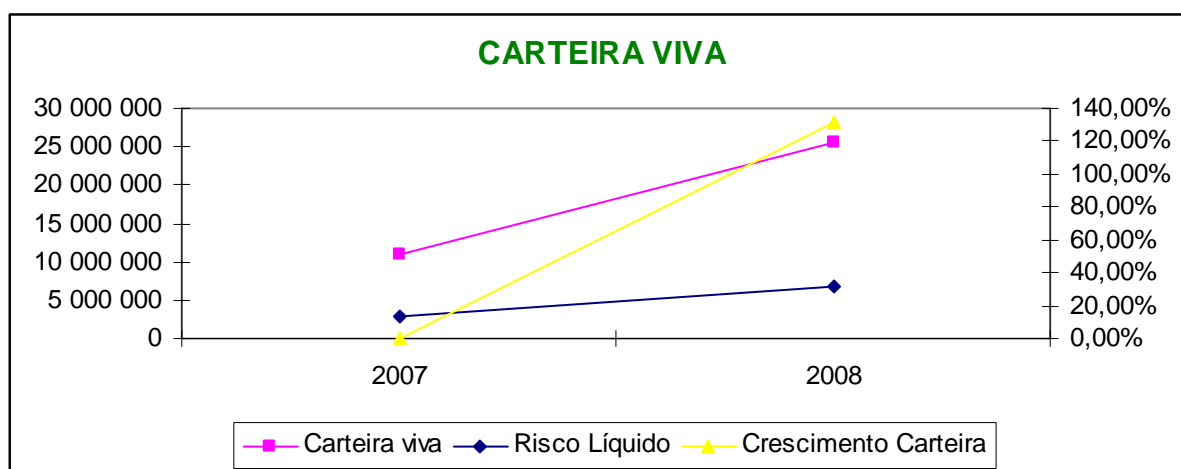


Através do gráfico de evolução da contratação trimestral é possível verificar que, ainda antes do

efeito provocado pelas Linhas PME Investe se registava uma tendência de crescimento da actividade da Agrogarante. Para a Agrogarante, as referidas linhas originaram uma diminuição de operações, quer pela transferência de operações anteriormente aprovadas em clientes comuns, quer pela redução da proactividade dos parceiros prescritores, que, focalizados nessas Linhas, diminuíram substancialmente a captação de negócio em empresas do sector Agro-Florestal. Passada a fase da PME Investe I volta a verificar-se, no último trimestre uma recuperação dos níveis de procura e, em especial da contratação de operações que haviam sido aprovadas anteriormente.

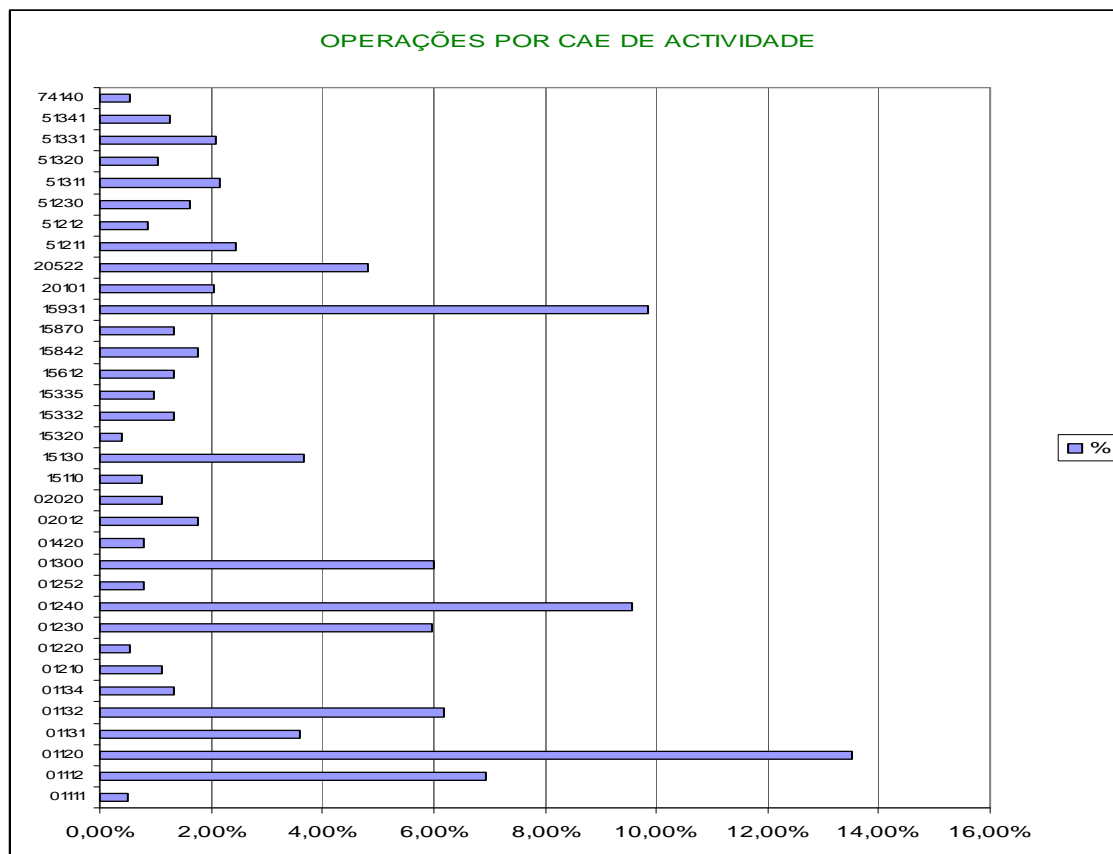


Verificou-se em 2008 um aumento de 131% da carteira viva de garantias face ao período homólogo do ano anterior. O crescimento da carteira tem vindo a ser acompanhado por idêntico nível de contragarantia de FCGM. No final de 2008 a contragarantia média da carteira situava-se em 73,4%.

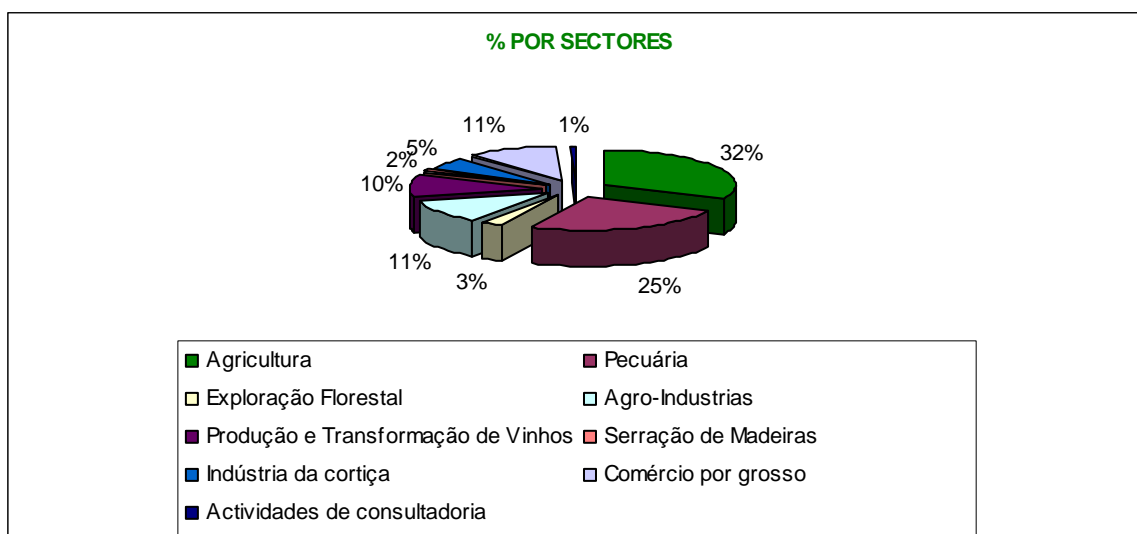


Da desagregação da carteira por actividade verifica-se uma maior intervenção junto do sector da Horticultura e Produtos de Viveiro (CAE 01120), que corresponde a 13,50% do montante garantido,

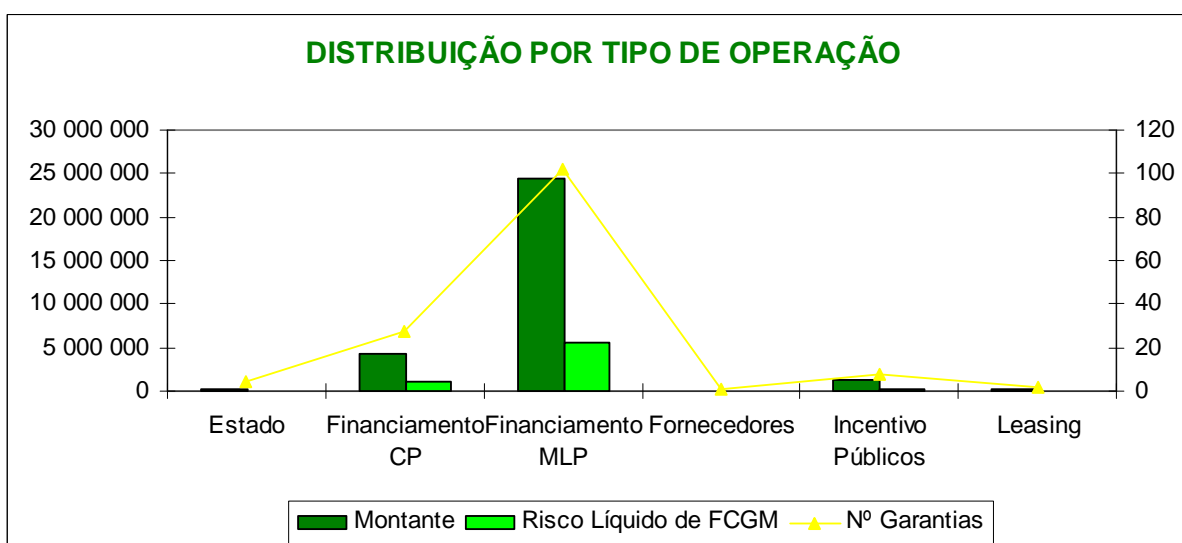
apresentando um valor de garantia média na ordem dos 203,2 mil euros. O sector da Produção e Transformação de Vinhos (CAE 15931) assume também uma posição de relevo, representando 9,86% da carteira viva, com uma garantia média que ronda os 256,08 mil euros e o sector da Avicultura (CAE 1240) com 9,55 % da carteira e garantia média de 302,99 mil euros.



Da agregação do risco líquido por grandes grupos, verifica-se que, tal como acontece com a carteira viva, também o risco líquido se encontra maioritariamente afecto a Agricultura com 32%, Pecuária com 25%, seguido das Agro-Indústrias e Comércio por grosso com 11% cada.

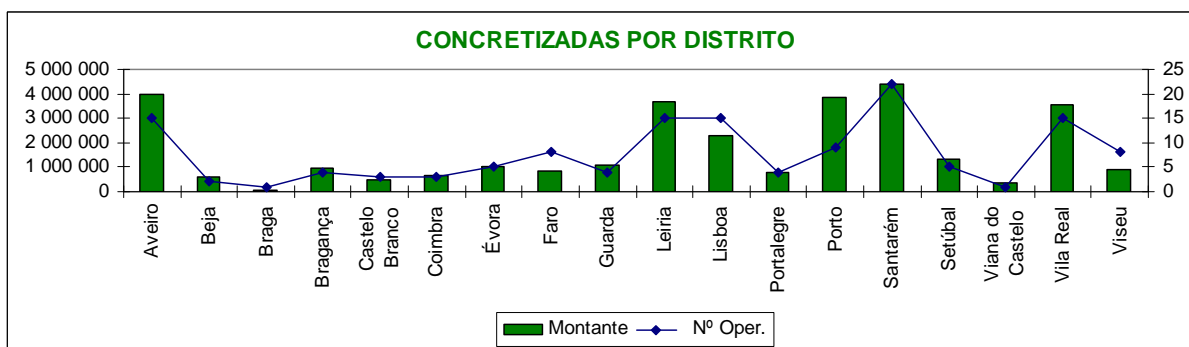
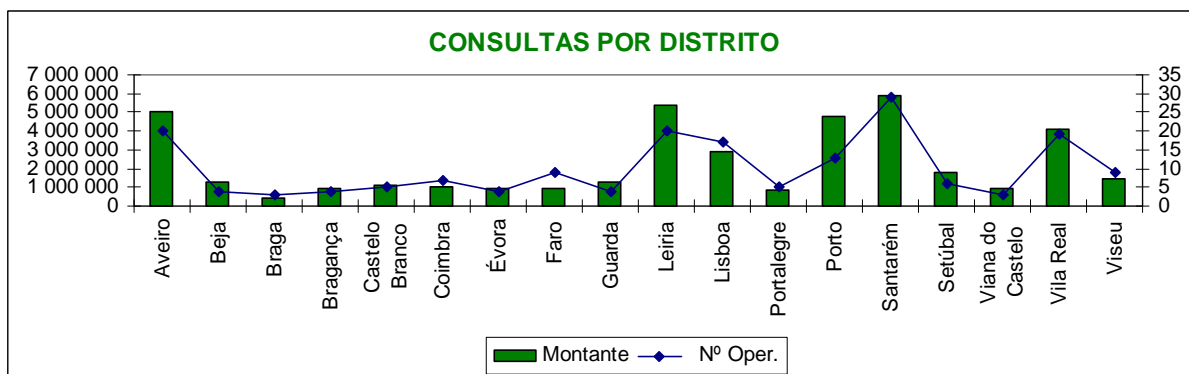


No que diz respeito ao número de garantias vivas, verifica-se uma elevada concentração através da intervenção em Financiamentos de M/L prazo, com 102 garantias, cujo valor médio é de 238,5 mil euros.

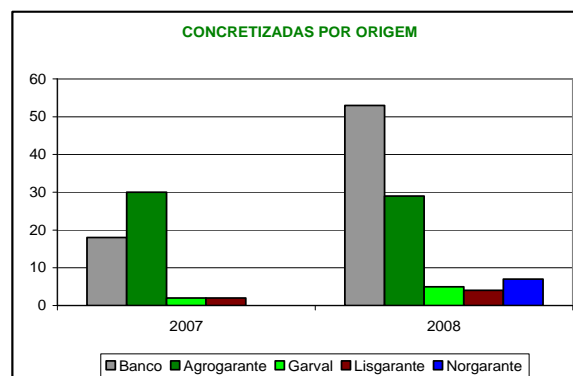
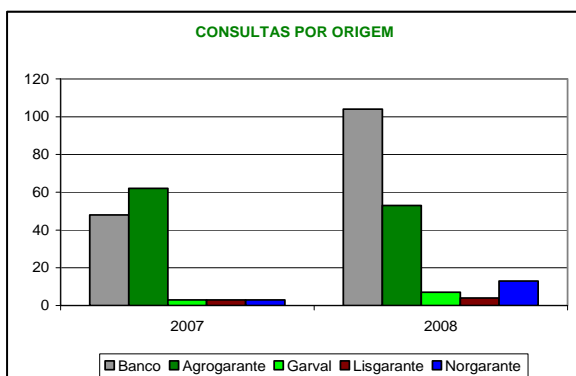


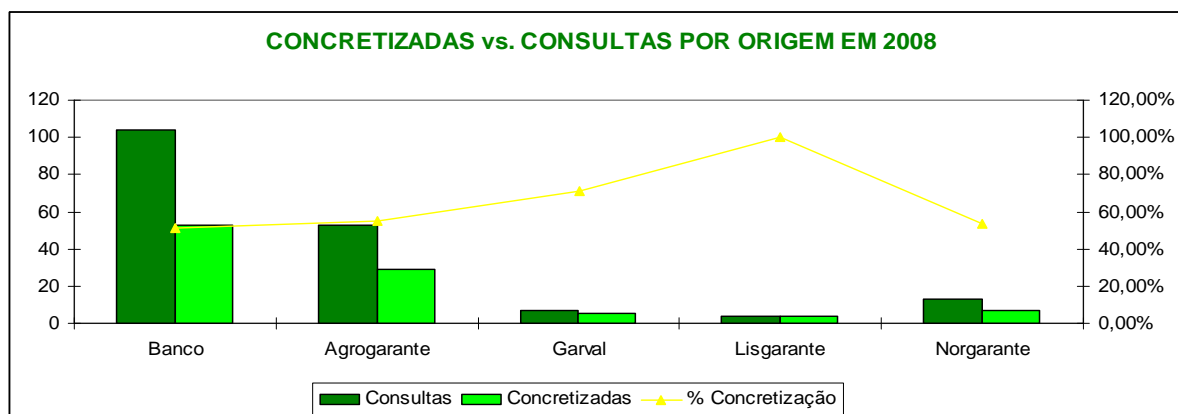
No que concerne à carteira viva por tipo de operação, o grosso da carteira corresponde a intervenção em financiamentos de M/L prazo, representando cerca de 73,16% do montante vivo total. Esta rubrica representa ainda 70,83% do número de garantias prestadas, com valor de garantia média de 238 501 euros. Cerca de 49,87% da intervenção em financiamento de M/L prazo corresponde a operações de Investimento, representando estas 46,98% do total da carteira.

Constata-se uma clara concentração do montante e número de consultas e de garantias emitidas nos distritos onde existem maior número de potenciais clientes e onde se efectuaram maior número de acções de dinamização junto dos prescritores de negócio e demais parceiros.



Por origem de consulta é visível uma preponderância das operações apresentadas pelos Bancos.

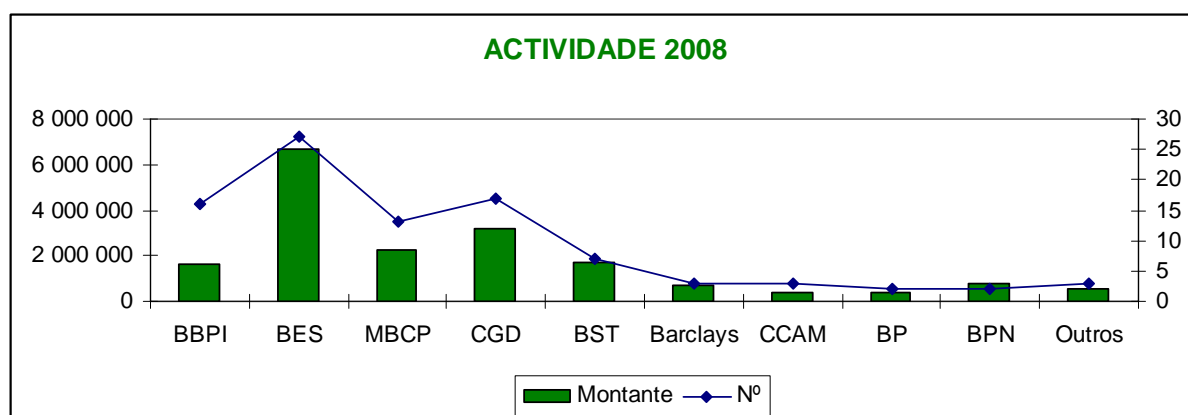


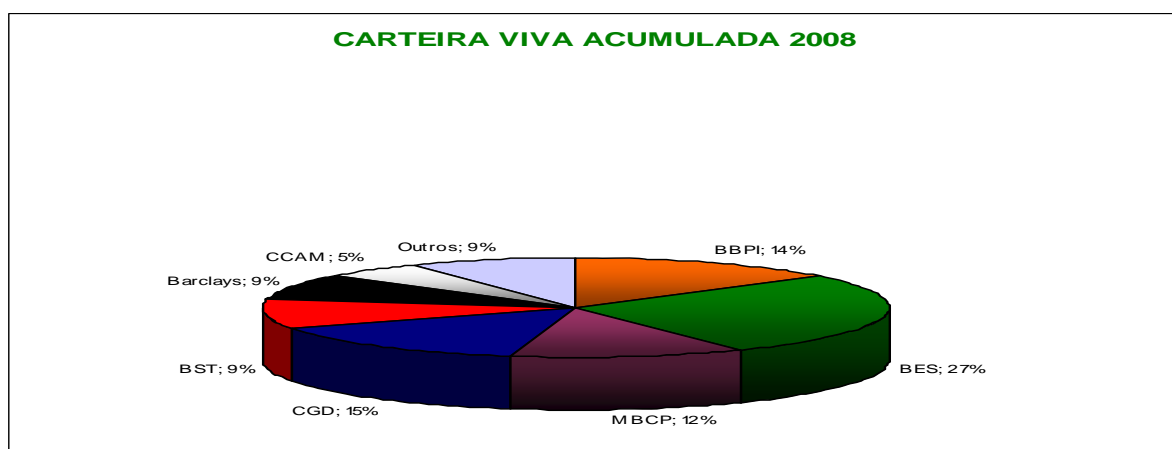
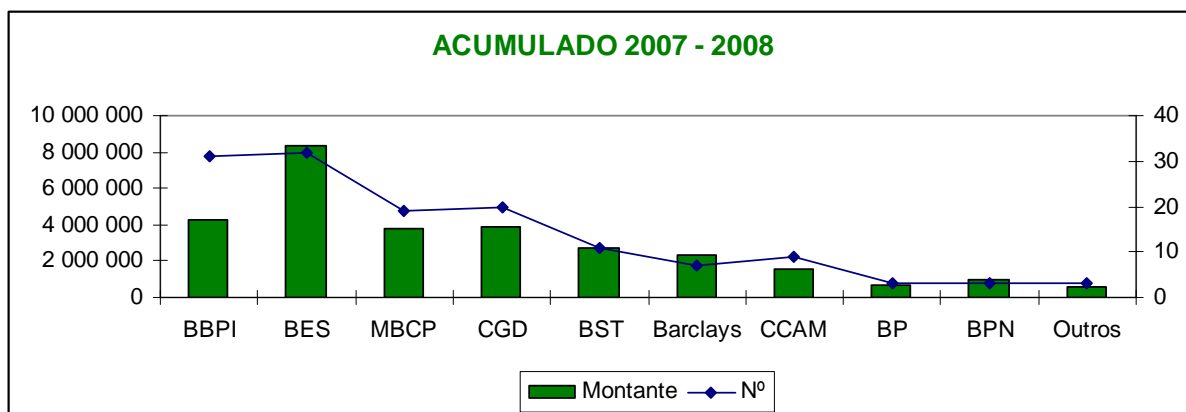


As garantias emitidas em 2008 permitiram o acesso ao crédito junto do Sistema Financeiro no montante de 35,4 milhões de euros, viabilizando investimentos na ordem de 35,06 milhões de euros.

O crescimento do segmento de captação própria, em que a Agrogarante assume o papel de interlocutora dos seus mutualistas perante os Bancos financiadores demonstra o reconhecimento das empresas na capacidade da Sociedade em promover a correcta estruturação dos créditos face às suas necessidades específicas, beneficiando cumulativamente do papel de representação institucional da Agrogarante junto desses mesmos Bancos.

No que respeita ao relacionamento com os Bancos financiadores, o Banco BES apresenta-se como o parceiro mais representativo no acumulado da carteira, quer em montante quer em número de operações concretizadas. Regista-se em 2008 por parte da Caixa Geral de Depósitos e Millennium BCP um maior desempenho, levando a uma aproximação no acumulado de operações contratadas desde o início de actividade. Regista-se ainda o crescimento registado por parte do Banco Santander Totta em montante e do Banco BPI em número.

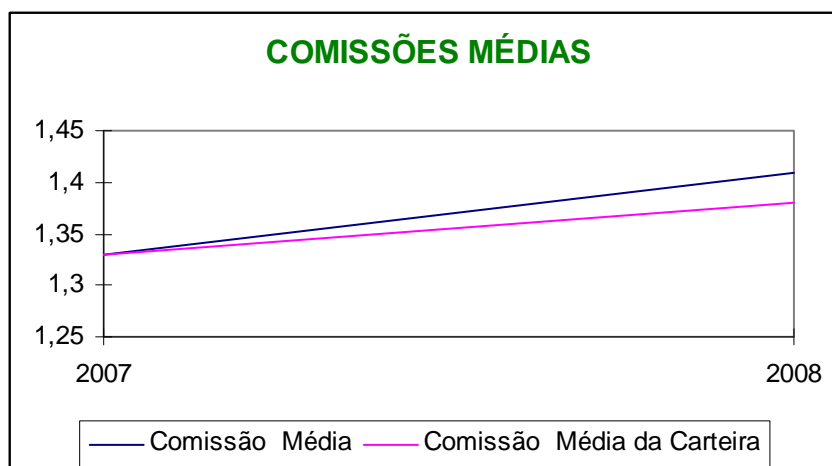




No final de 2008 a Agrogarante apresentava 74 novos mutualistas. O montante de acções adquirido por mutualistas ascendeu a 579 560 euros, o que representa 9,66% do Capital Social da Agrogarante.

DADOS DE ACTIVIDADE	2008
Novos Mutualistas	74
Acções Adquiridas por Mutualistas	579560
% Acções Adquiridas	9,66%
Comissão média do ano	1,41
Comissão média carteira	1,38

A comissão média da carteira no final de 2008 rondava 1,38%, influenciada negativamente pela comissão média em 2007 (1,32%) e positivamente pela retoma de comissões face a conjuntura actual e percepção do risco.



As garantias prestadas pela Agrogarante encontram-se automaticamente contragarantidas através do Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), num montante que assume no mínimo 50% do capital garantia. A carteira viva cresceu novamente de uma forma significativa, ascendendo a 25,56 milhões de euros no final de 2008, o que representa um crescimento de cerca de 131% face aos 11,06 milhões de euros registados no final de 2007.

Evidencia-se a tendência de aumento da contragarantia prestada pelo FCGM. A contragarantia assume em 2008, 73,47% da carteira sendo, portanto, o risco líquido assumido pela Agrogarante de 26,53%.

	COBERTURA	
	2007	2008
Cobertura FCGM	72,47	73,47%
Crescimento Carteira	--	131%

No final de 2008 a Agrogarante detinha 122 Pequenas e Médias Empresas no seu corpo accionista a quem prestou garantias. Estas empresas empregavam cerca de 2400 trabalhadores.

Análise económica e financeira

No exercício de 2008, e decorrente do crescimento do seu nível de actividade a Agrogarante obteve resultados significativos, em termos absolutos e quando comparados com 2007, no que diz respeito à Margem Financeira (cerca de 254,7 mil euros) e de Produto Bancário (cerca de 536,9 mil de euros).

Contudo e face à assumpção de um significativo reforço global líquido da carteira de provisões económicas, apresentou um resultado antes de impostos negativo de 221 mil euros, o que representa um variação negativa face ao ano de 2007 no valor de 69,3 mil euros.

Por sua vez, o valor dos impostos correntes estimado para 2008 agravou-se, face ao ano de 2007, em 162,09%, aproximadamente 3,8 mil euros. Com um peso de 1% do total dos proveitos, o impacto dos impostos correntes no resultado líquido do exercício é mais do que totalmente absorvido pelo reconhecimento de 57,5 mil euros de impostos diferidos líquidos. Este procedimento é feito na sequência da adaptação da contabilidade da Agrogarante, à Norma Internacional de Contabilidade (doravante designada por NIC) n.º 12, do *International Accounting Standards Committee* – IASB, processo que originou o reconhecimento de impostos diferidos. No ano de 2008, as reversões entretanto ocorridas foram contabilizadas em encargos por impostos diferidos e as novas diferenças temporárias, decorrentes do desfasamento entre a base tributável de um activo ou passivo e o seu valor contabilizado, foram reconhecidas em rendimentos por impostos diferidos.

Assim, o resultado do exercício (após impostos) foi, no exercício de 2008, de 169,7 mil euros negativos, representando 27,8% do total dos proveitos.

RESULTADO	Ano 2008		Ano 2007		Variação	
	€uros	% (1)	€uros	% (1)	€uros	t.c.a. (%)
Total de Proveitos	609 686,71	100,0	322 738,63	100,0	286 948,08	88,9
Total de Custos	830 669,01	136,2	474 429,74	147,0	356 239,27	75,1
Resultado Antes de Impostos (1)	- 220 982,30	-36,2	- 151 691,11	-47,0	- 69 291,19	45,7
Impostos correntes	-6 168,47	-1,0	-2 353,56	-0,7	- 3 814,91	162,1
Impostos diferidos	57 498,57	9,4	39 415,39	12,2	18 083,18	45,9
Resultado do Exercício	- 169 652,20	-27,8	- 114 629,28	-35,5	-55 022,92	48,0

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos.

Os proveitos totalizaram, no exercício de 2008, o valor de 609,7 mil euros, reflectindo um aumento de 88,9% quando comparado com o exercício anterior. Este crescimento é essencialmente fruto do aumento dos rendimentos de serviços e comissões (197,1 mil euros), dos juros e rendimentos similares (58,5 mil euros) e das reposições de provisões do exercício (5,1 mil euros). Naturalmente, o maior peso das componentes de proveitos com impacto financeiro – nomeadamente os rendimentos

relativos a serviços e comissões de garantia e os juros pelas aplicações financeiras efectuadas – representando 91,8% do total dos proveitos evidenciam, quer o crescimento e consolidação da Sociedade, quer a evolução verificada nos mercados monetários. Globalmente, os fluxos financeiros gerados pela actividade da Empresa ascenderam a 559,4 mil euros.

PROVEITOS	Ano 2008		Ano 2007		Variação	
	€uros	% (1)	€uros	% (1)	€uros	t.c.a. (%)
Juros e Rendimentos Similares	312 086,79	51,2	253 575,58	78,6	58 511,21	23,1
Rendimentos de Serviços e Comissões	247 396,31	40,6	50 261,48	15,6	197 134,83	392,2
Outros Rendimentos de Exploração	43 450,45	7,1	17 253,50	5,3	26 196,95	151,8
Reposições do Exercício	6 753,16	1,1	1 648,07	0,5	5 105,09	309,8
TOTAL	609 686,71	100,0	322 738,63	100,0	286 948,08	88,9

Nota: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos.

O acréscimo de 151,8% verificado na rubrica de outros rendimentos de exploração, face ao ano anterior, traduz o ritmo de crescimento da actividade da Sociedade. Consequentemente a evolução da carteira implicou, entre outros aspectos, um maior nível de valores de comissões de análise, montagem e de emissão de novas operações de garantia.

GARANTIAS	Ano 2007		Ano 2008		Variação	
	€uros	%	€uros	%	€uros	t.c.a. (%)
AGRO JOVENS Tec./Boa Execução	38 194	0,3	5 631	0,0	-32 563	-85,3
AGRO GERAL Bom Pagamento/Cumprimento	204 642	1,8	118 320	0,5	-86 322	-42,2
AGRO GERAL Finan. < 3 anos	655 000	5,9	1 726 535	6,8	1 071 535	163,6
AGRO GERAL Finan. >= 3 anos	9 728 471	87,9	21 612 332	84,5	11 883 862	122,2
AGRO JOVENS Finan. >= 3 anos	116 000	1,0	884 800	3,5	768 800	662,8
AGRO GERAL Subs. Públicos			1 020 909	4,0		
AGRO JOVENS_SUBS. PÚBLICOS	326 114	2,9	73 950	0,3	-252 164	-77,3
AGRO LEASING 50%			123 324	0,5		
TOTAL	11 068 422	100,0	25 565 801	100,0	13 353 147	131,0

A carteira de garantias vivas apresenta uma taxa de crescimento de 131% em 2008, relativamente ao ano anterior, fruto do crescimento da actividade comercial da Agrogarante, tal como tem vindo a ser referido.

O valor total dos custos suportados em 2008 sofreu um aumento de cerca de 356,2 mil euros em relação aos custos incorridos no exercício anterior. Esta variação foi fortemente influenciada pelo agravamento das provisões do exercício (na ordem dos 296,6 mil euros) e da contabilização de correcções associadas ao crédito a clientes – sinistros que, em conjunto, são responsáveis pela quase totalidade do aumento dos custos acima mencionados (301,4 mil euros).

CUSTOS	Ano 2008		Ano 2007		Variação	
	€uros	% (1)	€uros	% (1)	€uros	t.c.a. (%)
Juros e Encargos Similares	57 337,29	9,4	51 532,08	16,0	5 805,21	11,3
Encargos com Serviços e Comissões	7 383,48	1,2	936,06	0,3	6 447,42	688,8
Gastos Gerais Administrativos	126 488,41	20,7	128 095,05	39,7	- 1 606,64	-1,3
Gastos com Pessoal	245 173,22	40,2	188 330,07	58,4	56 843,15	30,2
Amortizações do Exercício	60 558,80	9,9	73 948,74	22,9	- 13 389,94	-18,1
Outros Encargos de Exploração (2)	1 292,77	0,2	533,45	0,2	759,32	142,3
Provisões do Exercício	327 683,54	53,7	31 054,29	9,6	296 629,25	955,2
Correcções Associadas ao Crédito a Clientes	4 751,50	0,8			4 751,50	
Total de Custos antes de Impostos	830 669,01	136,2	474 429,74	147,0	356 239,27	75,1

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos; (2) inclui *impostos* (não sobre os lucros).

Em relação à variação das provisões do exercício, podemos afirmar que esta ficou a dever-se ao reforço das provisões económicas com o objectivo de salvaguardar, por motivos prudenciais, a probabilidade de incumprimento de garantias em curso no final do exercício.

O já referido aumento da actividade operacional teve impacto, quer no âmbito de reforço de provisões para riscos gerais de crédito, quer na rubrica de encargos com serviços e comissões, pelo efeito do aumento da comissão de contragarantia devida ao Fundo de Contragarantia Mútuo.

A evolução da rubrica de correcções associadas aos créditos a clientes, onde são registadas as provisões para cobertura de garantias sinistras e pagas, bem como as notas de débito e facturas não pagas pelos clientes, é explicada, em grande parte, pela conjuntura económica actual e o seu reflexo no tecido empresarial, concretizando-se no início de registo de valor nesta conta.

À medida que a actividade da Sociedade cresce torna-se inevitável reforçar a estrutura da empresa, designadamente quanto aos seus recursos humanos, o que implicou um aumento de 56,8 mil euros na rubrica de custos com o pessoal.

A rubrica dos gastos gerais administrativos registou uma variação negativa de 1,6 mil euros apesar do conjunto alargado de serviços de consultadoria contratados a entidades externas, que permitiram dotar a Agrogarante de recursos, no âmbito de sistemas de controlo de gestão, mais capazes face aos requisitos legais de reporte de informação a que a Sociedade está obrigada. Este decréscimo prende-se com a inexistência em 2008 de custos incorridos no ano anterior relacionados com a abertura da Agrogarante.

O Activo líquido da Agrogarante regista, à data de 31 de Dezembro de 2008, o valor de 7,2 milhões de euros, superior ao valor do exercício anterior em cerca 137,5 mil euros. Esta evolução positiva assenta essencialmente no aumento das disponibilidades em outras instituições de crédito.

Com um valor de Capitais Próprios de 5,7 milhões de euros, a Agrogarante apresenta uma autonomia financeira de 79,6%, a qual, clara e inequivocamente, demonstra a sua elevada solvabilidade financeira. As responsabilidades extrapatrimoniais, decorrentes da emissão de garantias em nome e a pedido das micro e pequenas e médias empresas suas accionistas beneficiárias, que ascendiam, no final do ano, a 25,6 milhões de euros, encontravam-se, na mesma data, directamente contragarantidas pelo Fundo de Contragarantia Mútuo em 18,8 milhões de euros, pelo que as responsabilidades líquidas da Agrogarante se limitam a 6,8 milhões de euros.

A Agrogarante apresenta um rácio de solvabilidade de 49,2%. Este rácio traduz relação entre os fundos próprios e o total dos activos e elementos extrapatrimoniais ponderados pelo seu risco, pelo que o actual indicador espelha a adequabilidade dos fundos próprios da Agrogarante para satisfazer as responsabilidades assumidas.

Refira-se, finalmente, que a Sociedade não é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, encontrando-se regularizada a sua situação perante estas Entidades.

Perspectivas futuras

O ano de 2008 ficou marcado pela conjuntura económica adversa e pelas Linhas PME Investe, em que a Agrogarante não interveio por falta de enquadramento legal. Sendo consensual que o período de ajustamento económico global será lento, a gestão da qualidade da carteira de garantias, particularmente ao nível do acompanhamento das empresas mutualistas será um dos focos de actuação da Sociedade.

Por outro lado, a incerteza que se vive nos mercados financeiros associada à manutenção de critérios rigorosos ao nível da concessão de crédito continuarão a pressionar as empresas nacionais, provocando um elevado volume de procura.

É possível que sejam criadas medidas de apoio governamental para a Agricultura e Agro-indústrias que tenderão a provocar um crescimento da carteira e, principalmente, quanto ao número de novas empresas mutualistas. A Sociedade terá o desafio de responder com qualidade de serviço aos picos de procura que se farão sentir.

Para o ano de 2009 mantém-se como desafio da sociedade o aumento da notoriedade e utilização do produto Garantia Mútua no seu sector específico, em linha com o aumento exponencial de intervenção deste mecanismo nos demais sectores de actividade, naturalmente acompanhado por uma criteriosa e prudente análise de projectos e empresas, observando necessariamente níveis mínimos de rentabilidade. Procurar-se-á ainda alargar significativamente a base de mutualistas beneficiários, com particular enfoque no segmento de Pequenos Negócios.

Por todos os desafios que se colocam à Agrogarante, existirá seguramente a necessidade de vir a realizar-se uma evolução no seu modelo organizacional, assim como um crescimento orgânico que acomode a evolução da carteira de garantias e o reforço de capitais próprios, e do mecanismo de contragarantia, para o que muito esperamos poder contar a curto prazo com o programa de Engenharia Financeira do Proder.

O reforço da capacidade operacional da Sociedade procurará tornar mais intensa e eficaz a captação própria de operações de garantia e assegurar níveis de resposta adequados nos períodos de distribuição de Projectos no âmbito do Proder e de Linhas Específicas que venham a ser instituídas que implicam elevados picos de produção. A aproximação directa ao mercado envolve uma continuada transformação da estrutura da Agrogarante, processo que se iniciou em 2007 e cujos

resultados são visíveis, nomeadamente no que respeita à evolução da carteira e na melhoria do processo de acompanhamento. A opção por esta estratégia implica um esforço significativo para toda a estrutura, nomeadamente no que respeita à produtividade e à coordenação interna, ao mesmo tempo que pressiona a estrutura de custos obrigando a um controlo rigoroso.

Após dois anos de intervenção junto do mercado, a Agrogarante procura continuar e reforçar a sua actividade comercial. A curva de crescimento verificada ao longo do período de actividade é demonstrativa da receptividade da Garantia Mútua pelas empresas e da conquista de confiança junto dos bancos, nossos parceiros em operações de financiamento, e demais beneficiários, apesar das dificuldades já mencionadas.

No período que agora se inicia está prevista a continuidade de uma estratégia de maior proximidade com as empresas, lógica em que se insere a futura abertura de uma Agência no Sul do País, a par da manutenção do ponto comercial já existente em Santarém. A evolução da actividade poderá vir a determinar a abertura de uma agência no interior Norte do País e uma outra nos Açores, podendo ambas acontecer em parceria com outras SGM.

O esforço de expansão, que acarreta elevados custos de arranque, será recompensado com a constituição das respectivas carteiras de garantias das agências, resultando num equilibrado desempenho económico-financeiro a médio prazo, e com a disponibilização deste instrumento financeiro a um número crescente e geograficamente mais alargado de empresas. Esta estratégia de expansão permitirá à Agrogarante melhorar o acompanhamento efectivo aos seus mutualistas dentro de uma base mais sistematizada, aperfeiçoando a monitorização do risco da carteira de garantias e potenciando a qualidade do serviço prestado e disponibilizado às Pequenas e Médias Empresas.

Agradecimentos

Gostaríamos de expressar o nosso especial agradecimento aos nossos Accionistas e, muito especialmente, aos Mutualistas que, em 2008, encontraram na Agrogarante o maior empenho em continuar o espírito de parceria que caracteriza o Sistema Nacional de Garantia Mútua.

A adesão e confiança dos nossos Mutualistas continuam a ser o nosso maior incentivo e a melhor comprovação de que a Garantia Mútua é um instrumento essencial, tanto para as empresas, como para o sistema financeiro em geral, facto aliás reforçado pelo interesse crescente de novas empresas e instituições bancárias. As características únicas do produto garantia mútua no apoio às empresas numa conjuntura desfavorável são um estímulo adicional que nos levará a procurar aumentar a nossa capacidade de atingir cada vez mais empresas.

Ao ministério da Agricultura, Caixas e Bancos agradecemos as parcerias estabelecidas no desenvolvimento de novos produtos com aplicação da Garantia Mútua em favor das PME.

Expressamos, também, aos Órgãos Sociais o nosso agradecimento pela disponibilidade que sempre demonstraram nas respectivas áreas de actuação. Aos nossos consultores, auditores e revisores um agradecimento pelo contributo prestado para a saudável evolução da Sociedade.

Às restantes sociedades de garantia mútua, Norgarante, Lisgarante e Garval, e aos seus colaboradores, uma palavra de agradecimento pelo entendimento verificado e pelos benefícios que reciprocamente têm sido possíveis obter.

À SPGM, enquanto entidade gestora do Fundo de Contragarantia Mútuo e centro corporativo de serviços partilhados para o Sistema de Garantia Mútua e aos seus colaboradores, por todo o apoio e acompanhamento que tem sido prestado à Agrogarante e que lhe permitiu desde o primeiro momento a concentração na actividade operacional, desejamos expressar o nosso agradecimento.

Aos colaboradores da sociedade dedicamos uma última palavra de reconhecimento pelo desempenho das funções exercidas, desejando que continuem a desenvolver na Agrogarante um bom trabalho em prol do tecido empresarial português.

Ao Senhor Engenheiro José António Barros, anterior presidente do Conselho de Administração, e que cessou funções no final do primeiro semestre, dedicamos uma última palavra de reconhecimento pelo excelente trabalho desenvolvido em prol do Sistema de Garantia Mútua português.

Proposta de aplicação de resultados

De acordo com a lei e os Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe que a Assembleia-geral aprove a seguinte aplicação do resultado negativo apurado no exercício de 2008, no valor de € 169 652,20:

- Para Resultados Transitados (€ 169 652,20)

Coimbra, 18 de Fevereiro de 2009.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

José Egídio Barbeito

Mário Manuel Garcia Faria Gaspar

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

Joaquim Miguel Ribeiro

III. Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008

Balanço em 31 de Dezembro de 2008

	Ano 2008		Ano 2007	
	Valores antes de provisões, imparidade e amortizações (1)	Provisões, imparidade e amortizações (2)	Valor líquido (3) = (1) - (2)	Valor líquido
ACTIVO				
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	1 250,00		1 250,00	1 250,00
Disponibilidades em outras instituições de crédito	130 930,46		130 930,46	26 042,46
Activos financeiros detidos para negociação				
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados				
Activos financeiros disponíveis para venda				
Aplicações em instituições de crédito	5 418 313,44		5 418 313,44	5 442 365,57
Crédito a clientes	10 940,46	4 751,50	6 188,96	
Investimentos detidos até à maturidade				
Activos com acordo de recompra				
Derivados de cobertura				
Activos não correntes detidos para venda				
Propriedades de investimento				
Outros activos tangíveis	1 581 387,44	125 113,92	1 456 273,52	1 510 841,79
Activos intangíveis	12 266,31	9 393,62	2 872,69	5 833,42
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
Activos por impostos correntes				
Activos por impostos diferidos	96 913,96		96 913,96	39 415,39
Outros activos	72 343,36		72 343,36	21 824,07
Total de Activo	7 324 345,43	139 259,04	7 185 086,39	7 047 572,70

	Ano 2008	Ano 2007
Passivos Eventuais	25 565 800,86	11 068 421,87
- Garantias e Avais	25 565 800,86	11 068 421,87
- Outros		

	Ano 2008	Ano 2007
PASSIVO		
Recursos de bancos centrais		
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Recursos de outras instituições de crédito		
Recursos de clientes e outros empréstimos		
Responsabilidades representadas por títulos		
Passivos financeiros associados a activos transferidos		
Derivados de cobertura		
Passivos não correntes detidos para venda		
Provisões	350 336,60	29 406,22
Passivos por impostos correntes	5 543,47	1 174,56
Passivos por impostos diferidos		
Instrumentos representativos de capital		
Outros passivos subordinados		
Outros passivos	1 109 383,03	1 127 516,43
Total de Passivo	1 465 263,10	1 158 097,21
CAPITAL		
Capital	6 000 000,00	6 000 000,00
Prémios de emissão		
Outros instrumentos de capital		
Acções próprias		
Reservas de reavaliação		
Outras reservas e resultados transitados	-110 524,51	4 104,77
Resultado do exercício	-169 652,20	-114 629,28
Dividendos antecipados		
Total de Capital	5 719 823,29	5 889 475,49
Total de Passivo + Capital	7 185 086,39	7 047 572,70

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

José Egídio Barbeito

Mário Manuel Garcia Faria Gaspar

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

Joaquim Miguel Ribeiro

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes - TOC nº 8125

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2008

	Ano 2008	Ano 2007
Juros e rendimentos similares	312 086,79	253 575,58
Juros e encargos similares	-57 337,29	-51 532,08
Margem financeira	254 749,50	202 043,50
Rendimentos de instrumentos de capital		
Rendimentos de serviços e comissões	247 396,31	50 261,48
Encargos com serviços e comissões	-7 383,48	-936,06
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		
Resultados de reavaliação cambial		
Resultados de alienação de outros activos		
Outros resultados de exploração	42 157,68	16 720,05
Produto Bancário	536 920,01	268 088,97
Custos com pessoal	-245 173,22	-188 330,07
Gastos gerais administrativos	-126 488,41	-128 095,05
Amortizações do exercício	-60 558,80	-73 948,74
Provisões líquidas de reposições e anulações	-320 930,38	-29 406,22
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	-4 751,50	
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		
Resultado antes de impostos	-220 982,30	-151 691,11
Impostos		
Correntes	-6 168,47	-2 353,56
Diferidos	57 498,57	39 415,39
Resultado após impostos	-169 652,20	-114 629,28

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

José Egídio Barbeito

Mário Manuel Garcia Faria Gaspar

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

Joaquim Miguel Ribeiro

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes - TOC nº 8125

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008

(valores em EUROS)

Introdução

As notas 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50 anexas ao Balanço e Demonstração de Resultados não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar

As demonstrações financeiras da Sociedade têm por base os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, e das Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005 do Banco de Portugal, pela competência que lhe é conferida pelo n.º 3 do art. 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro. As NCA seguem na sua maior parte as determinações das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adaptadas pela União Europeia, pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, tendo sido transpostas para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

NOTA 3 – Critérios de avaliação

I. Especialização de exercícios

A Sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em todas as rubricas de custos e proveitos.

II. Imobilizado – Activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis classificados como imobilizado e adquiridos desde a constituição da Sociedade estão valorizados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, aplicado ao custo histórico, e de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites.

III. Provisões e correcção de valores associados a crédito a clientes

No Passivo

- a) Uma provisão para riscos gerais de crédito, de 1% sobre o valor do saldo vivo de cada garantia, líquido da contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo, nos termos do Aviso do Banco de Portugal. É igualmente incluída nesta rubrica uma provisão no valor de 1% sobre o saldo de devedores;
- b) Em relação ao valor dos *plafonds* não totalmente utilizados, é aplicada uma taxa de 1% sobre o seu montante vivo;
- c) Uma provisão para garantias vivas, destinada a cobrir riscos económicos potenciais, associados à carteira de garantias vivas.

No Activo

- a) Correções associadas a crédito e juros a clientes, sendo apresentadas no activo como dedução à rubrica de créditos a clientes e calculada:
 - 1. Em relação às garantias accionadas a título de execução pelos seus legítimos beneficiários, mediante a aplicação de uma taxa de 100% sobre os saldos de crédito e juros vencidos, (classes de risco definidas no n.º 2 do artigo 3.º do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal ponderadas pela existência ou não de garantia real ou pessoal em conformidade com o n.º 5, e avaliada nos termos do n.º 6 do mesmo artigo do Aviso atrás mencionado);
 - 2. Em relação a notas de débito emitidas, mediante a aplicação da taxa legalmente prevista para provisões para crédito vencido, em função do tempo decorrido após o vencimento do respectivo crédito, constante no n.º 2 do artigo 3.º do Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal ponderadas pela existência ou não de garantia real ou pessoal em conformidade com o n.º 5, e avaliada nos termos do n.º 6 do mesmo artigo do Aviso atrás mencionado.

IV. Estimativa de impostos sobre lucros

Os impostos correntes são estimados de acordo com a legislação aplicável. No exercício de 2008, tal como efectuado no exercício anterior, e em consequência da adaptação da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, referente ao Orçamento Geral do Estado para 2007, nomeadamente através do aditamento efectuado ao artigo n.º 35-A n.º 2 al. b) do código de IRC, deixaram de ser consideradas provisões para crédito vencido fiscalmente aceites as constituídas para cobertura de risco de incobrabilidade dos créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis.

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que haja lugar a diferenças temporárias entre os princípios contabilísticos geralmente aceites e as regras fiscais vigentes.

NOTA 11 – Movimentos do activo imobilizado

	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Amortização do exercício	Valor líquido 2008-12-31
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliação (líquido)		
ACTIVOS INTANGÍVEIS						
Despesas estabelecimento						
Custos plurianuais						
Outras	12 060,50	6 227,08	205,81		3 166,54	2 872,69
	12 060,50	6 227,08	205,81		3 166,54	2 872,69
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS						
Imóveis de serviço próprio						
Outros imóveis						
Equipamento	55 506,76	21 477,99	2 823,99		11 148,59	25 704,17
Locação financeira						
Imóveis	1 429 312,94	22 875,65			22 875,64	1 383 561,65
Equipamento	93 743,75	23 368,02			23 368,03	47 007,70
	1 578 563,45	67 721,66	2 823,99		57 392,26	1 456 273,52

As aquisições registadas no exercício de 2008 dizem essencialmente respeito à compra de equipamento e material informático.

NOTA 14 – Créditos sobre instituições de crédito

	Ano 2008	Ano 2007
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO		
Até 3 meses	4 416 407,88	5 442 365,57
De 3 meses a 1 ano	1 001 905,56	
	5 418 313,44	5 442 365,57
CRÉDITO A CLIENTES		
Até 3 meses	1 527,93	
De 3 meses a 1 ano	9 412,53	
	10 940,46	-

Os créditos sobre instituições de crédito reflectem os montantes das aplicações constituídas pela Agrogarante em depósitos a prazo, englobando o valor de juros vincendos, que, em Dezembro de 2008, ascendiam a 40,3 mil euros.

A rubrica créditos sobre clientes corresponde às dívidas resultantes da execução de garantias (líquidos do reembolso do Fundo de Contragarantia Mútuo) e da não cobrança de comissões de garantia.

NOTA 23 – Compromissos assumidos

Os compromissos assumidos por garantias e avais prestados são exclusivamente resultantes de garantias de natureza financeira de 1º grau (garantias e avais).

	Ano 2008	Ano 2007
GARANTIAS PRESTADAS E PASSIVOS EVENTUAIS		
Garantias e avais	25 565 800,86	11 068 421,87
Outros passivos eventuais		
	25 565 800,86	11 068 421,87
GARANTIAS RECEBIDAS		
Contragarantias	18 758 414,89	8 145 276,09
Avalistas	77 845 673,99	35 013 383,72
Hipotecas	15 602 300,44	3 911 221,28
	112 206 389,32	47 069 881,09

Na Instrução n.º 7/2006, que regula a comunicação da informação referente às responsabilidades por crédito concedido, é estabelecida a obrigatoriedade de comunicação ao Banco de Portugal das fianças e avais recebidos pelas instituições participantes. A Agrogarante considera contabilisticamente os valores referentes ao aval recebido como garantia das operações prestadas, quer estes permanecem como responsabilidades potenciais, quer a partir do momento em que o avalista é chamado a assegurar o pagamento das prestações do crédito, por incumprimento do devedor, passando a sua responsabilidade de meramente potencial a efectiva.

Do tratamento acima descrito resultou o reconhecimento de, no caso de responsabilidades potenciais:

- 2 584 877 euros de valores de operações avalizadas por uma única pessoa;
- 19 326 784,99 euros de avais conjuntos recebidos.

Considerando que, no caso do aval conjunto, todos os avalistas são solidariamente responsáveis pela dívida, o valor do aval é contabilizado tanto em nome de um 1º avalista, aleatoriamente considerado

como tal (valor contabilizado de 19 326 784,99 euros), como, e de forma cumulativa, o são, em nome de todos os restantes avalistas do crédito (valor contabilizado de 55 934 012,00 euros).

NOTA 24 – Movimento das provisões

	Ano 2007	Reforços	Utilizações	Anulações / Reposições	Ano 2008
CORRECÇÃO VALORES ASSOCIADOS CRÉDITO VENCIDO					
Crédito e Juros Vencidos		4 751,50			4 751,50
		4 751,50			4 751,50
PROVISÕES PARA RISCOS GERAIS DE CREDITO					
Aviso nº 3/95 B.P.	29 231,46	45 570,62		6 728,22	68 073,86
Outros	174,76	416,49		24,94	566,31
PARA GARANTIAS					
Provisões Económicas		281 696,43			281 696,43
	29 406,22	327 683,54		6 753,16	350 336,60
	29 406,22	332 435,04		6 753,16	355 088,10

As provisões para riscos gerais de crédito registaram um crescimento face ao exercício anterior, facto explicado pelo já referido crescimento da actividade operacional da Agrogarante.

Foram constituídas, no exercício de 2008, provisões económicas no valor de 281,7 mil euros. Este valor foi obtido tendo em conta diversos critérios de apreciação dos riscos económicos imputados a cada garantia viva da Sociedade, sobretudo a previsibilidade da ocorrência de sinistros e/ou situações de mora relativamente a cada garantia viva à data de Dezembro de 2008.

NOTA 29 – Capital Próprio

	Ano 2007	Aumentos	Diminuições	Ano 2008
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital Social	6 000 000,00			6 000 000,00
Reserva Legal	410,00			410,00
Reserva Estabilização Dividendos	3 694,77			3 694,77
Resultados Transitados	-	114 629,28		- 114 629,28
Resultado Líquido do Exercício	- 114 629,28	- 169 652,20	- 114 629,28	- 169 652,20

NOTA 31 – Outros activos e passivos

	Ano 2008	Ano 2007
OUTROS ACTIVOS		
Conta Caução	831,80	
Devedores e outras aplicações	56 630,58	
Outros activos	10 000,00	18 307,10
	67 462,38	18 307,10
CONTAS DE REGULARIZAÇÃO		
Despesas com encargo diferido	4 880,98	3 516,97
	4 880,98	3 516,97
	72 343,36	21 824,07
OUTROS PASSIVOS		
Credores diversos	7 923,23	9 135,08
Fornecedores de locação financeira	1 004 993,89	1 077 540,86
Outras exigibilidades	10 290,97	4 896,28
	1 023 208,09	1 091 572,22
CONTAS DE REGULARIZAÇÃO		
Encargos a pagar	30 418,63	17 459,40
Receitas com rendimento diferido	55 756,31	18 484,81
	86 174,94	35 944,21
	1 109 383,03	1 127 516,43

A rubrica de devedores e outras aplicações compreende, essencialmente, as comissões de garantia a

receber dos clientes. Durante o exercício que finda, foram doadas à Sociedade obras de arte, que se encontram relevadas na rubrica de outros activos.

As contas de regularizações activas dizem respeito às despesas com encargo diferido que englobam cerca de 2,3 mil euros relativos ao diferimento de prémios de seguros sendo o remanescente referente a outras verbas a especializar.

As contas de regularização incluídas nos outros passivos são constituídas por encargos a pagar, essencialmente estimativa de férias e subsídio de férias e por receitas com rendimentos diferidos (dizem respeito ao diferimento das comissões de garantias).

O passivo financeiro da Sociedade corresponde às dívidas decorrentes dos contratos de locação financeira de imobilizado, relativo a instalações próprias (com valor inicial de 1 429,3 mil euros) e equipamentos de transporte (com valor inicial de 93,7 mil euros). O passivo financeiro da Agrogarante representa cerca de 14% do valor do total do activo líquido da Sociedade. O valor de credores diversos é referente aos fornecimentos correntes de bens e serviços.

As outras exigibilidades reflectem os valores a pagar ao Estado em relação a retenções de Imposto sobre o Rendimento, Imposto do Selo, Segurança Social do mês de Dezembro e apuramento do IVA do 4º trimestre.

NOTA 34 – Volume de emprego

Administração	5
Quadros directivos e técnicos	7

NOTA 35 - Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais

	Ano 2008	Ano 2007
REMUNERAÇÕES ORGÃOS SOCIAIS		
Conselho de Administração	10 600,00	5 100,00
Conselho Fiscal	7 482,20	6 897,00
Assembleia Geral	2 000,00	1 000,00
Comissão Executiva	30 300,00	23 100,00
	50 382,20	36 097,00

A variação verificada nas rubricas acima referidas está directamente relacionada com o aumento do número de reuniões ocorridas no exercício de 2008.

Não existem adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

NOTA 39 - Outros resultados de exploração

	Ano 2008	Ano 2007
OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO		
CUSTOS		
Impostos	341,64	249,00
Outros	951,13	284,45
	1 292,77	533,45
PROVEITOS		
Prestação de serviços	21 250,00	11 300,00
Reembolso de despesas	60,00	126,05
Doações	10 000,00	
Outros	12 140,45	5 827,45
	43 450,45	17 253,50
	42 157,68	16 720,05

Na componente dos custos, a rubrica de impostos é essencialmente composta pelo imposto do selo suportado e o pagamento do Imposto Único de Circulação.

De referir, o aumento em cerca de 9,6 mil euros na rubrica de prestação de serviços diz respeito às comissões de análise, montagem e emissão de garantias por parte da Sociedade, em consequência do crescimento da actividade durante o exercício de 2008.

No exercício de 2008 foram doadas à Sociedade obras de arte no valor de 10 mil euros.

NOTA 41 – Carga fiscal

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de IRC e correspondente derrama.

	Ano 2008	Ano 2007
IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO (IRC)		
Imposto corrente apurado no exercício	-6 168,47	-2 353,56
Pagamentos por conta		1 179,00
Pagamentos especiais por conta	625,00	

O Imposto sobre Rendimento estimado para 2008 regista o valor de aproximado de 6,2 mil euros.

Durante este exercício foram efectuados pagamentos especiais no valor de 625 euros que serão abatidos ao imposto a pagar quando a sociedade apresentar matéria colectável.

NOTA 45 - Operações de locação financeira

	Valor bruto	Reintegrações	Valor líquido 2008-12-31
IMOBILIZADO REGIME LOCAÇÃO FINANCEIRA			
Imóveis	1 429 312,94	45 751,29	1 383 561,65
Equipamento	93 743,75	46 736,05	47 007,70
	1 523 056,69	92 487,34	1 430 569,35

O imobilizado em regime de locação financeira apresenta um valor líquido de 1 430,6 mil euros no final do Exercício de 2008.

NOTA 51 – Outras informações

	Ano 2007	Reforços	Reposições	Ano 2008
ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS				
Por diferenças temporárias em Passivos				
Em riscos gerais de crédito	7 746,34	11 225,64	932,40	18 039,58
Em provisões económicas		74 649,55		74 649,55
Em provisões para devedores diversos	46,31	150,08	46,31	150,08
Por prejuízos fiscais	31 622,74		28 559,58	3 063,16
	39 415,39	86 025,27	29 538,29	95 902,37
Por diferenças temporárias em Activos				
Em correcções associadas ao crédito vencido		1 011,59		1 011,59
	39 415,39	87 036,86	29 538,29	96 913,96

A variação observada nos impostos diferidos confirma o já mencionado anteriormente. Assim constata-se o reforço, ocorrido neste exercício, ao nível dos impostos diferidos para provisões económicas (em linha com o reforço da mesma rubrica) e para correcções associadas ao crédito

vencido (devido ao início da sinistralidade registada em 2008). O carácter temporário e de expurgação dos efeitos fiscais incluídos nas rubricas contabilísticas representam a base da teoria associada à contabilização e tratamento dos impostos diferidos.

A Sociedade não detém em carteira quaisquer acções próprias, nem é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, entidades perante as quais a sua situação se encontra regularizada.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

José Egídio Barbeito

Mário Manuel Garcia Faria Gaspar

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

Joaquim Miguel Ribeiro

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes - TOC nº 8125

Anexo

Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2008, nenhuma das pessoas singulares integrantes dos órgãos sociais da Sociedade detinha qualquer participação de capital na Agrogarante – Sociedade de Garantia Mútua, S. A.. Por sua vez, as entidades representadas por essas pessoas eram titulares das seguintes participações no Capital Social da Agrogarante:

IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas	2 800 000 acções
Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo	196 500 acções
Banco BPI, S. A.	500 acções .

Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2008, a relação dos accionistas com mais de 10% de participação no Capital Social da Sociedade era a seguinte:

IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas	46,67%
SPGM – Sociedade de Investimento, S. A.	12,72% .

Accionistas Promotores

O quadro seguinte lista as entidades que detêm, de acordo com a legislação aplicável, o estatuto de accionistas promotores:

Accionista Promotor	N.º de Acções	%
IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	2 800 000	46,67%
SPGM - Sociedade de Investimento, S.A.	762 900	12,72%
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	196 500	3,28%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	54 900	0,92%
Banco Comercial Português, S.A.	32 900	0,55%
Banco Espírito Santo, S.A.	4 600	0,08%
Banco BPI, S.A.	500	0,01%
Total Accionistas Promotores	3 852 300	64,22%

IV. Relatório e Parecer do Fiscal Único

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas

Em cumprimento do disposto na lei e no contrato de sociedade, compete-nos submeter à Vossa apreciação o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da **AGROGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, com referência ao exercício findo em 2008 Dezembro 31.

Ao longo deste exercício, acompanhámos a actividade da Empresa, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e do contrato de sociedade. Foram-nos sempre pontualmente prestados, pelo Conselho de Administração e pelos Serviços, todos os esclarecimentos de que necessitámos para o adequado desempenho das nossas funções.

Das verificações efectuadas, pudemos concluir que:

- 1) O Relatório de Gestão explana, com suficiente clareza, a evolução dos negócios sociais durante o exercício e as perspectivas futuras.
- 2) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas são adequados e encontram-se devidamente divulgados no Anexo.
- 3) O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas e o respectivo Anexo satisfazem os preceitos legais e estatutários e reflectem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.

Nestes termos, tendo em consideração o referido anteriormente, somos de parecer que aproveis:

- a) O Relatório de Gestão e as contas referentes ao exercício findo em 2008 Dezembro 31.
- b) A proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Porto, 2009 Março 05

O Fiscal Único

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,

representada por

(António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.C. n.º 16)

V. Certificação Legal de contas

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **AGROGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 2008 Dezembro 31 (que evidencia um total de activo de € 7 185 086 e um total de capital próprio de € 5 719 823, incluindo um resultado líquido negativo de € 169 652), a Demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **AGROGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, em 2008 Dezembro 31 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para as instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.

Porto, 2009 Março 05

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,

representada por

(António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.C. n.º 16)